

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2008

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Minc admite erro na divulgação de lista – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008	5
Governo não consegue precisar data das devastações nos assentamentos – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008	5
1ª concessão florestal vai para empresas de RO – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008	6
'Lamento toda essa cortina de fumaça num momento dramático como este' - Catarina Alencastro entrevista Marina Silva – O Globo – O País – 01/10/2008	6
Agora Minc diz que não leu lista de desmatadores - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 01/10/2008	8
Ibama versus Incra – Folha de São Paulo – Opinião - 02/10/2008	9
Incra vai continuar no topo da lista de desmatadores, mas não pagará multa – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/10/2008	10
Cassel diz que lista do Ibama está errada e precisa ser revista – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008	11
Ministro diz que "espernear" é direito do Incra – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008	12
Minc quer pagar para conservar a floresta – Breno Costa – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008	13
País pode ter meta numérica contra desmate, diz Pinguelli – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Ciência - 03/10/2008	14
Graziano: Minc 'levantou a sujeira sob o tapete' – Soraya Aggege – O Globo – O País – 03/10/2008	14
Ibama admite perdoar R\$ 256 milhões de multas do Incra por desmatamento - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 03/10/2008	16
Contag se posiciona sobre lista de desmatamento do MMA – sítio Eletrônico do MST – 03/10/2008	16
Desmate de assentados na Amazônia equivale a 9,5% - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/10/2008	17
Retomando o fio da meada – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 06/10/2008	18
Meio ambiente e segurança nacional – Mario Cesar Flores – Folha de São Paulo – Opinião - 08/10/2008	19
Desmatamento na Amazônia cai 27% nos meses mais críticos do ano – Sítio Eletrônico do MMA – 08/10/2008	21
Ministro debate desmatamento com parlamentares ambientalistas – Sítio Eletrônico do MMA – 09/10/2008	22
Minc anuncia 81 ações civis públicas contra desmatadores _ Sítio eletrônico MMA – 10/10/2008	23
Saída para o Pacífico – João Francisco Salomão – O Globo – Opinião – 11/10/2008	24
Nomes de senador e deputado constam de lista de desmatadores da Amazônia - Evandro Éboli – O País – 11/10/2008	25
Minc: 'Tremei, poluidores, acabou a moleza' – O Globo – O País – 11/10/2008	25
Proposta contra o desmatamento – Roger Agnelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/10/2008	26

Dendê tem indicadores de sustentabilidade – Sítio eletrônico do Contag - 13/10/2008..	27
Pacto tenta banir produtos amazônicos ilegais em SP – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 15/10/2008.....	29
Reservas coniventes – O Globo – Opinião – 15/10/2008	30

Segunda Quinzena

Reserva legal não pára extinção – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2008.....	31
Desmate este ano deve ser maior, reconhece Minc – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Ciência – 16/10/2008.....	31
UE racha sobre metas ambientais – Folha de São Paulo – Mundo – 16/10/2008.....	32
ONGs rejeitam pactos pela Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/10/2008.....	33
Ministro defende possibilidade de venda de terra por posseiros – Marta Salomon – Folha de São Paulo –Brasil – 17/10/2008	35
Ibama fecha serrarias em lotes do Incra – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 17/10/2008.....	35
Incra reage a acusações de desmatamento - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 18/10/2008.....	36
Em busca do Kyoto perdido – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 19/10/2008.....	36
Homo sustentabilis – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 20/10/2008.....	38
O preço a pagar – Ivan Marcelo Neves – O Globo – Opinião – 20/10/2008	38
Secretária do MMA destaca biodiversidade como tema central na sociedade – Sítio eletrônico do MMA – 20/10/2008.....	39
Lula assinou texto sem ler, diz Stephanes – Dimitri do Valle – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/10/2008.....	40
Auditoria do Ibama confirma multas de assentamentos do Incra na Amazônia – Sítio eletrônico do MMA – 21/10/2008.....	40
Sudeste consome carne originária de área desmatada – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2008.....	41
Ibama confirma multas aplicadas a assentamentos – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2008.....	43
Ministro da Agricultura pede desculpas a Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro - 22/10/2008	43
Pressionada, União suaviza regra sobre crime ambiental - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 24/10/2008.....	44
Brasil poderá ter meta no clima, afirma Carlos Minc – Folha de São Paulo – Ciência - 25/10/2008.....	45
Desmatamento zero – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 27/10/2008.....	46
Desmatamento zero – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 27/10/2008.....	47
Minc compara Norte do País com faroeste – Estado de São Paulo – Vida & - 28/10/2008	49

Humanos já usam 1,3 planeta, diz relatório – Folha de São Paulo – Ciência - 29/10/2008	49
Brasil é o 2º maior credor ambiental do planeta – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 29/10/2008.....	50
ONGs querem que Plano Nacional de Mudanças Climáticas seja revisto – Karina Toledo – Estado de São Paulo – Vida & - 29/10/2008.....	51
Governo já fala em novo plano do clima – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 29/10/2008.....	51
Amazônia registra queda de 22% na devastação – Evandro Éboli – O Globo- O País – 29/10/2008.....	52
Desmatamento ilegal na Amazônia cai 22% em setembro – Sítio Eletrônico do MMA – 29/10/2008.....	53
Minc defende metas obrigatórias do Brasil no acordo pós-Kyoto – Sítio eletrônico do MMA – 29/10/2008.....	54
Desmatamento em setembro fica estável em relação a 2007 – Lígia Formenti e Krina Toledo – Estado de São Paulo – Vida & - 30/10/2008.....	54
Em um mês, devastação da floresta amazônica cai 22% - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/10/2008.....	55
Ibama registra maior desmate individual – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2008	56

Minc admite erro na divulgação de lista – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008

Ministro diz que não checkou os dados sobre desmatadores; ministro Guilherme Cassel ficou contrariado

Um dia após ter divulgado uma lista que incluía assentamentos da reforma agrária no topo dos cem maiores desmatadores da Amazônia Legal, o que provocou uma reação da área agrária do governo, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) admitiu que não produziu os dados nem os checkou.

Minc atribuiu ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a responsabilidade pela lista e deu ao órgão um prazo de 20 dias, "improrrogáveis" e "impreteríveis", para verificar uma a uma as contestações, o que, na prática, pode esvaziar o material divulgado.

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, ficaram contrariados com a lista, que apontou seis projetos de assentamentos como os líderes no ranking do desmatamento. Minc culpou o Ibama: "Determinei que fosse divulgada a lista, mas eu não produzi a lista, eu não a chequei".

Cassel e Hackbart atacaram dois pontos do documento: o período exato do desmatamento não é identificado na lista, e o Inbra é tratado como proprietário de áreas nas quais, há anos, estão assentadas centenas de famílias de trabalhadores. Minc admitiu ontem concordar com a crítica: "Para fazer uma comparação mais correta, não deveria ser feita com esse pé de igualdade. Acabou sendo uma leitura mais burocrática. Faltou um pentefino".

Minc, Cassel e Hackbart se encontraram ontem no Ibama num evento sobre manejo florestal. Por conta do mal-estar, Cassel e Hackbart chegaram a cancelar suas presenças, mas mudaram de idéia. Ao lado de Minc, Cassel disse discordar "frontalmente" da lista. "Acho que tem um equívoco metodológico muito sério na divulgação. Os assentados não são os principais responsáveis pelo desmatamento na Amazônia".

Minc admitiu falhas e reconheceu o mal-estar no governo. "Espero que, em 20 dias, o Ibama corrija os dados e informe quem mais destrói o meio ambiente no país", disse Hackbart.

Governo não consegue precisar data das devastações nos assentamentos – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008

Com base apenas nos dados que sustentam a lista dos cem maiores desmatadores da região amazônica, divulgada anteontem pelo Ministério do Meio Ambiente, não é possível identificar o período de devastação nos assentamentos do governo federal. A principal dúvida do núcleo agrário do governo petista é se o desmate nos projetos de reforma agrária ocorreu sob os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) ou já sob o governo Luiz Inácio Lula da Silva (a partir de janeiro de 2003).

Mas é fato que as áreas dos assentamentos que aparecem nessa lista foram degradadas após a entrada das famílias assentadas, segundo imagens de satélite que integram a base de dados da lista e que foram visualizadas ontem pela Folha.

A degradação pós-assentamento, porém, não configura diretamente uma ilegalidade.

Até a edição da MP 2.166, de agosto de 2001, o assentado (ou qualquer proprietário rural da região amazônica) estava autorizado a derrubar metade da reserva legal de seu lote para avançar com a produção agrícola. Com a MP, o desmatamento legal caiu para 20%.

Por exemplo: o assentamento que aparece em terceiro lugar no ranking tem uma área de 99,9 mil hectares, sendo 46,8 mil desmatados, o equivalente a 47% do total. Como o projeto foi criado em 2000, não é possível saber com precisão, com base nas imagens que sustentam a lista, se o desmate ocorreu antes ou depois da medida provisória.

1ª concessão florestal vai para empresas de RO – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008

Em evento ontem marcado pela manifestação de contrariedade do ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) à lista de desmatadores divulgada no dia anterior pelo colega Carlos Minc (Meio Ambiente), foram assinados os primeiros contratos de concessão florestal sustentável para a iniciativa privada.

A primeira concessão será na Floresta Nacional de Jamari, em Rondônia. As empresas Alex Madeiras, Sakura e Amata -vencedoras do processo de licitação -vão poder tirar madeira dentro de uma área de manejo sustentável, o que irá proporcionar uma renda anual de cerca de R\$ 3,8 milhões ao governo federal. Dos 220 mil hectares da floresta, 96 mil hectares foram licitados, com base na Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006.

Também foi assinado ontem acordo de cooperação segundo o qual, a partir do ano que vem, a Caixa Econômica Federal irá exigir a comprovação de uso de madeira de origem legal em obras e empreendimentos financiados pelo banco. A presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, participou da solenidade.

'Lamento toda essa cortina de fumaça num momento dramático como este' - Catarina Alencastro entrevista Marina Silva – O Globo – O País – 01/10/2008

BRASÍLIA. Acabou a política dos panos quentes para esconder as divergências. Isolada no interior do Acre, sem televisão ou acesso às notícias, a senadora Marina Silva (PT), ex-ministra do Meio Ambiente, fez ontem pela primeira vez críticas pesadas à maneira como seu sucessor, Carlos Minc, divulgou anteontem a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia — no mesmo dia em que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgava o crescimento de 133% no desmatamento da Amazônia. Evitando citar o nome de Minc, Marina classificou de pirotecnia tornar pública uma lista sem sequer tê-la lido, como Minc alegou ontem, diante das reações do

Incra. Ela disse também que a força-tarefa anunciada por Minc para processar os criminosos ambientais já existe desde março.

BRASÍLIA

O GLOBO: Na sua gestão foi elaborada uma lista de desmatadores.

Por que ela só está sendo divulgada agora?

MARINA SILVA: A lista estava sendo preparada e, no momento oportuno, seria apresentada. A minha surpresa é dizer que havia interesse em ocultar lista. Isso não faz parte do meu caráter. Todos os que estavam sendo multados estavam aparecendo. Quando eu saí, isso estava em pleno funcionamento.

A lista é resultado de um trabalho. Não sei por que não foi anunciada antes.

Por que a senhora quis esperar para fazer a divulgação?

MARINA: Não é questão de esperar.

É uma questão de ser responsável. As coisas sempre foram feitas com critério. Em agosto de 2007, quando identificamos que o desmatamento tinha voltado a crescer, tomamos uma série de medidas, entre elas um decreto do presidente Lula criando um grupo de trabalho de responsabilização ambiental. O objetivo era identificar os maiores criminosos e instruir os processos para processá-los criminalmente.

Em 11 de março deste ano, foi assinada a portaria que criou a força-tarefa para dar instrução aos processos e preparar a lista dos cem maiores desmatadores.

Mas a lista não foi divulgada.

MARINA: Na hora em que eu divulgasse os nomes de forma pirotécnica, estaria prestando um desserviço, avisando aos desmatadores de forma antecipada.

O grupo estava acontecendo há três meses quando eu saí. Se passaram sete meses e foi divulgado sem que ninguém tenha lido, as coisas ficaram, parece, num grande ato. A lista era um processo que tinha que ser instruído, para produzir provas, fazer perícia para ser eficaz. Ficar só no anúncio... O que vai fazer a diferença é a resolução do Banco Central (restringindo crédito aos desmatadores) e também a criminalização da cadeia produtiva do desmatamento.

A força-tarefa com o Ministério Público anunciada por Minc já existia, então?

MARINA: Seria impossível alguém assinar uma força-tarefa e já ter uma lista na mão. Foi criada em dezembro de 2007, composta por 25 procuradores federais. O objetivo era a cobrança das taxas (multas) ou a aplicação das penas. Eu não fiquei disputando autoria, mas, como agora deu errado...

Eu teria lido e checado item por item para divulgar essa lista.

E, com certeza, não teria demorado sete meses.

A senhora já sabia então que os assentamentos do Incra apareciam no topo dessa lista? MARINA: Essas informações foram divulgadas pelo Tribunal de Contas da União, que fez um estudo dando conta de que os assentamentos do Incra eram responsáveis por 18% do desmatamento no ano passado. Na época, foi feito esse questionamento e foi dito que 80% são responsabilidade dos grandes e médios (agricultores).

O que eu lamento é que, num momento dramático como este, em que o desmatamento (de agosto) aumentou 133% em relação a julho, fica toda essa cortina de fumaça discutindo se os culpados são os pequenos ou os grandes, quando se tem que ter medidas estruturantes para todos.

O Plano de Combate ao Desmatamento não é novidade?

MARINA: Na Operação Arco Verde já tem um monte de medidas que estão sendo anunciadas agora. Perdeu-se a perspectiva do plano como processo integrado, e voltou o diapasão de o ministério em carreira solo correndo atrás do prejuízo.

Temos que ter muito cuidado para não cometer injustiças.

Tive muito cuidado para não desconstruir as coisas feitas pelo Sarney (Filho, que a antecedeu no ministério do Meio Ambiente). A maioria das coisas (que Minc vem anunciando) já estava em curso.

Não posso concordar que, quando dá certo, a autoria seja transferida, e, quando dá errado, a autoria seja devolvida.

Quando foram aplicadas multas? O Incra recorreu quando da decisão?

MARINA: Quatro dessas multas já haviam sido aplicadas na minha gestão.

Agora Minc diz que não leu lista de desmatadores - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 01/10/2008

BRASÍLIA. Um dia depois de divulgar a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia e provocar forte reação no governo, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, admitiu que poderá ser obrigado a refazer o ranking. Ele alegou ontem que não lera o levantamento antes de apresentá-lo publicamente.

A lista provocou uma crise entre os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, já que assentamentos do Incra aparecem nas seis primeiras posições, e receberam R\$ 266 milhões em multas por crimes ambientais.

Ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, Minc deu prazo de 20 dias para o Ibama analisar recursos do instituto que contestam as multas: — Foi o Ibama que elaborou a lista. Eu não interfeiri.

Cassel disse que há “erros crassos” no levantamento: — É um conjunto de informações imprecisas que criou muita confusão. Foi um episódio lamentável, de desinformação, que criou embaraço para todo mundo.

Cassel disse que os 11 assentamentos do Incra na lista foram criados no governo Fernando Henrique, numa época em que a lei ambiental obrigava os produtores a preservar 50% da área, e não 80%, como hoje. Segundo ele, nenhum desmatamento é deste ano.

Perguntado sobre o motivo de não ter lido a lista antes de divulgá-la, Minc respondeu: — Confio nos órgãos. Para o bem e para o mal. Não fui eu que elaborei a lista. Não sou do Ibama. A minha ordem foi uma só: divulgue-se.

Minc afirmou ainda que a lista já estava pronta há sete meses e que não recebera informação sobre o motivo de a relação não ter sido divulgada antes: — Uma coisa é certa. Ela existia há sete meses.

Eu não ia politicamente pegar e dizendo põe esse, tira esse, esse eu conheço.

Tem uma lista? Tem. É boa? É.

Vocês (Ibama) se responsabilizam? Nos responsabilizamos.

Cassel alegou que o Incra aparece como responsável pelo desmatamento porque, formalmente, responde pela terra explorada pelos assentados. O Incra informou que três

autuações do Ibama são de 2006, três de 2007 e uma deste ano. Não há comunicação de multas mais recentes.

O ministro calculou que a média desmatada por família foi de 30 hectares, enquanto que os demais produtores desmataram, em média, 3 mil hectares.

— Minc teve a grandeza de dizer que não tinha lido a lista, e se comprometeu a corrigir os erros — disse Cassel ontem.

Tentando aplacar o mal-estar, Minc fez um mea-culpa e disse que se considera “co-responsável” pelo resultado, lembrando que cerca de 20% do desmatamento acontecem em unidades de conservação, onde faltam demarcação, sede, funcionários e, em muitos casos, há a presença de gado e plantações.

— Nós temos uma culpa no cartório — disse.

Ibama versus Incra – Folha de São Paulo – Opinião - 02/10/2008

O MINISTRO Carlos Minc, do Meio Ambiente, conseguiu desviar a atenção suscitada por mais uma estatística de desmatamento na Amazônia. Com 756,7 km² em agosto, a taxa mais que triplicou os 230 km² de agosto de 2007. Sem segurança sobre os dados em que se baseou, Minc acabou culpando assentamentos de reforma agrária por grande parte do desmate da floresta.

A novidade veio com uma inédita lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. Nos seis primeiros lugares figurava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com 2.292 km² devastados em oito assentamentos em Mato Grosso, entre 2006 e 2008. As multas lavradas contra o Incra totalizam R\$ 265,6 milhões.

Dos mais de 5.000 km² relacionados na lista, a área atribuída a assentamentos - relacionados ao Incra porque ainda não há titularidade definitiva das terras- representa 44%. O Meio Ambiente, contudo, informa que no conjunto da Amazônia tal parcela cai a 25%.

O Incra reagiu alegando que os assentamentos são anteriores ao período de autuação. A devastação teria ocorrido antes de 2001, quando o Código Florestal foi alterado e a reserva legal passou de 50% para 80% de cada propriedade rural na Amazônia. O desmate seria, portanto, legal.

O Ibama é acusado pelo Incra de usar imagens de satélite antigas para lavrar as autuações. Minc admitiu não ter familiaridade com o levantamento e buscou a paz com o Incra, mas não esclareceu esse ponto. Deu 20 dias para que o Ibama se explique, o que deveria ter exigido antes de disseminar uma relação incriminadora.

Se erros tão crassos estiverem por trás do anúncio, o mínimo que se pode concluir é que ele foi irresponsável.

Inkra vai continuar no topo da lista de desmatadores, mas não pagará multa – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/10/2008

Anteontem, Minc havia dito que lista estava baseada em leitura "mais burocrática" e que faltava "pente-fino" - segundo o procurador-geral federal, não será cobrada multa no valor de R\$ 265 mi; órgão questionou a lista divulgada na segunda-feira

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não será excluído do topo da lista de maiores desmatadores da Amazônia, mas não pagará as multas no valor total de R\$ 265,6 milhões aplicadas pelo abate de árvores em assentamentos da reforma agrária.

Segundo apurou a **Folha**, são esses os desdobramentos previstos para a crise deflagrada com a divulgação da lista dos cem maiores desmatadores da floresta, liderada pelos assentamentos do Incra.

O procurador-geral federal, Marcelo Siqueira, adiantou ontem que, nos casos em que o Incra é apontado como responsável por grandes áreas de desmatamento, a cobrança da multa não será levada à Justiça pela Advocacia Geral da União. Em vez disso, será aberto um processo de conciliação, que estabelecerá uma forma de reparar o dano ambiental.

"É uma questão financeira e não política: não faz sentido uma entidade usar recursos públicos para pagar outra entidade", disse o procurador, referindo-se à multa aplicada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ao Incra, autarquia responsável pela reforma agrária. Incra e Ibama são autarquias federais.

De acordo com levantamento divulgado na segunda-feira pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, oito assentamentos de reforma agrária aparecem como responsáveis pelo desmatamento de 229,2 mil hectares da floresta, uma área equivalente a uma vez e meia a cidade de São Paulo ou 44% do total da área desmatada pelos cem maiores desmatadores.

O Incra contestou o levantamento. Classificou de "equivoco metodológico básico" a lista ser liderada pelos 49,7 mil hectares desmatados por assentamentos no município de Tabaporã (MT), que abriga 1.018 famílias. Isso significa uma média de 48 hectares por família.

"Se os assentados mereciam estar no topo da lista é uma discussão de caráter político e simbólico. Mas o fato existe, houve o desmatamento e nenhum processo será anulado. Não vou ficar publicando e republicando listas", disse ontem o ministro do Meio Ambiente.

O Incra é o responsável legal pelos lotes distribuídos aos assentados ainda não-emancipados no país. "O objetivo não é atacar a reforma agrária, mas defender uma reforma agrária sustentável ambientalmente", acrescentou Minc. A lista vinha sendo preparada desde a gestão da antecessora de Minc, a ex-ministra Marina Silva, como forma de agilizar a responsabilização dos maiores desmatadores da Amazônia.

Anteontem, Minc havia culpado o Ibama pela inclusão do Incra na lista e dado

prazo de 20 dias para o órgão fazer uma nova conferência no documento. No mesmo dia, Minc ainda tinha concordado com as reclamações do ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, que questionaram por que o Incra é tratado na lista como proprietário de áreas onde, há anos, estão assentadas famílias de trabalhadores.

Na ocasião, Minc disse que "para fazer uma comparação mais correta, não deveria ser feita com este pé de igualdade". Segundo o ministro, a lista "acabou sendo uma leitura mais burocrática. Faltou um pente-fino". (MARTA SALOMON)

Cassel diz que lista do Ibama está errada e precisa ser revista – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008

Ministro do Desenvolvimento Agrário afirma que assentados não são os grandes culpados pelo desmatamento da Amazônia - Cassel afirma que "quando o ministro não lê e não checa [os dados], a chance de erro é muito grande. A lista está errada, esse é o problema"

Em entrevista ontem à **Folha**, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) rebateu a afirmação de seu colega Carlos Minc (Meio Ambiente) de que a lista que inclui assentamentos da reforma agrária no topo dos desmatadores não será revista: "A lista está errada, esse é o problema.

Ela precisa ser substituída". Segundo Cassel, os próprios assentados, e não o governo federal, é que devem ser diretamente responsabilizados por eventuais crimes ambientais. O ministro também criticou a idéia do colega Mangabeira Unger de tirar do Incra a regularização fundiária. Leia trechos da entrevista em seu gabinete.

FOLHA - Ao atacar a lista divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, o sr. sugere que não existe desmatamento nos assentamentos? GUILHERME CASSEL - Existe desmatamento na Amazônia em assentamentos, em áreas indígenas, em unidades de conservação, em propriedades privadas. Tradicionalmente quem tem desmatado são os madeireiros ilegais, os grileiros em terras públicas e os grandes latifundiários, em áreas de soja e pecuária. Não concordo com a afirmação de que os grandes responsáveis pelo desmatamento são os assentados. Sou contra essa idéia falsa.

FOLHA - Dados do TCU mostram que 18% do desmatamento na Amazônia é de responsabilidade dos pequenos produtores, o que inclui os assentados. Isso é pouco? CASSEL - Esses dados mostram que 82% do desmatamento não é dos assentamentos e não é dos pequenos agricultores. O que incomoda, de vez em quando, é que parece que as pessoas não olham os dados oficiais.

FOLHA - Quando o sr. diz que os assentamentos não deveriam entrar na lista, o sr. leva em conta uma questão técnica ou o fato de os assentados serem aliados do PT? CASSEL - Técnica. A minha restrição àquela lista é que ela é imperfeita do ponto de vista técnico. Ela não reproduz a realidade, ajuda a confundir, acaba protegendo quem mais desmata.

FOLHA - O ministro Minc disse à Folha que não irá rever a lista.
CASSEL - Acho que o Ibama vai, mais cedo ou mais tarde, construir uma lista mais próxima à realidade, com mais cuidado. Quando o ministro não lê e não checa, a chance de erro é muito grande. A lista está errada, esse é o problema. Ela precisa ser substituída por uma outra lista, que reflita a realidade.

FOLHA - O Incra anunciou uma varredura nos assentamentos. Isso não é uma prova de que o órgão desconhece a realidade dos projetos?

CASSEL - Não. Oito assentamentos foram citados numa lista, e o setor público tem a obrigação de fazer um mergulho nisso e buscar informações mais precisas.

FOLHA - O governo federal é responsável por essas famílias até que ela recebam o título definitivo?

CASSEL - Isso seria um paternalismo absurdo. O Incra oferece assistência técnica, crédito. Evidente que essas pessoas são as responsáveis. Se for constatado desmatamento criminoso, ele tem que perder o lote.

FOLHA - O Incra pode fazer a regularização fundiária na Amazônia?

CASSEL - Tem, desde que seja desburocratizada a legislação.

FOLHA - Mangabeira Unger defende a criação de um órgão apenas para cuidar do processo de regularização fundiária. Qual é sua opinião?

CASSEL - Isso é baseado num diagnóstico errado. Eu posso criar um, dois, três órgãos novos, posso montar uma grande estrutura, mas, com a legislação atual, não vai fazer [a regularização fundiária].

Ministro diz que "espernear" é direito do Incra – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008

Pregando revisão do modelo de reforma agrária para evitar que os assentamentos na Amazônia sigam devastando a floresta, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) atribuiu ontem ao legítimo "direito de espernear" as críticas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) à lista dos maiores desmatadores.

"Todos têm direito ao contraditório", disse Minc sobre o Incra e os demais desmatadores citados na lista, que terão as multas aplicadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) cobradas na Justiça.

"Dei 20 dias para o Ibama analisar. A maior parte se confirma: houve mesmo nos assentamentos um desmatamento muito além do que a lei permitia", disse sobre o trabalho de conferência da lista, na qual assentamentos do Incra ocupam os seis primeiros lugares no ranking dos desmatadores. "Foi bastante checada, tenho segurança de dizer que foi", completou.

Minc defendeu a divulgação da lista, alvo de críticas desde segunda-feira. "Apesar dos sobressaltos, [a divulgação] foi positiva: a transparência sempre é boa".

Após cerimônia de assinatura de acordo com a União Européia de apoio a projeto de

manejo de florestas no Pará, Minc voltou a defender ajustes no modelo de reforma agrária do governo. "É preciso que ela tenha bases mais sustentáveis. Reconhecer erros não significa negar a necessidade da reforma agrária".

A **Folha** antecipou ontem que a Advocacia-geral da União não cobrará do Incra as multas de R\$ 265,6 milhões por uma questão financeira. O dinheiro teria de sair e voltar aos cofres públicos, porque Incra e Ibama são autarquias federais. Da lista dos cem maiores desmatadores, há outros R\$ 485,3 milhões em multas a serem cobradas.

Minc quer pagar para conservar a floresta – Breno Costa – Folha de São Paulo – Brasil
- 03/10/2008

O Ministério do Meio Ambiente encaminhou em agosto para a Casa Civil projeto de lei que cria o Bolsa Verde -uma remuneração mensal para pequenos produtores rurais que prestem "serviços ambientais", como não usar agrotóxicos e queimadas para a produção e conservar a floresta de suas propriedades.

Os valores dos repasses, os detalhes sobre critérios de aceitação no programa e as formas de checagem da contribuição dos produtores ao meio ambiente serão definidos em decreto posterior a uma eventual aprovação no Congresso.

A lista dos cem maiores desmatadores do Brasil, divulgada na segunda-feira pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) e que gerou um mal-estar no governo, mostrou que os assentamentos do Incra (pequenas propriedades) lideram o ranking do desmatamento.

Segundo dados do Incra, existem mais de 1,7 milhão de imóveis rurais enquadrados como minifúndio ou pequena propriedade. Essas terras ocupam uma área equivalente ao Estado do Pará.

A Folha teve acesso às linhas gerais do projeto, enviado pelo ministério no último dia 18 de agosto para a Casa Civil e que está sob análise nas subchefias do órgão federal. O PNPSA (Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais) prevê também a criação de outros dois subprogramas, além do Bolsa Verde: o Floresta Conservada (manutenção e recuperação de florestas nativas) e o Produtor de Água (proteção e recuperação de recursos hídricos). Ambos prevêem incentivos econômicos e financeiros.

Recursos do petróleo - Segundo o plano do ministério, os recursos para os programas viriam do orçamento federal, além de doações, inclusive de órgãos estrangeiros. A inovação prevista é o uso de até 40% da cota de participação especial na produção de petróleo já recebida pelo Ministério do Meio Ambiente.

A idéia de remunerar produtores "ecologicamente corretos" foi ventilada ainda na gestão de Marina Silva, mas ganhou corpo nos últimos seis meses. Segundo Minc, a remuneração muda o "cálculo econômico" do produtor rural. "Se você cortar, você ganha algum troco com madeireira. Agora, se você plantar, você também ganha algum", disse.

País pode ter meta numérica contra desmate, diz Pinguelli – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Ciência - 03/10/2008

O secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, disse ontem no Rio que o Brasil poderia fixar uma meta numérica de 5% de redução no desmatamento na Amazônia, num prazo mais curto do que os quatro anos previstos pelo Plano Nacional de Mudança Climática. O plano do governo foi lançado à consulta pública nesta semana.

Pinguelli considerou o documento apresentado na semana passada um "passo importante", mas disse que é necessário "atacar alguns pontos com mais rigor" - especialmente as ações sobre o desmatamento e a matriz energética, que segundo ele poderiam ser mais enfáticas.

Uma das propostas discutidas ontem é a mudança das regras dos leilões de energia nova. O grupo defendeu a alteração no cálculo do Índice Custo/Benefício, usado para a definição dos vencedores. Segundo ele, o modelo atual estimula a geração termelétrica, com base em combustíveis fósseis, e não garante preços baixos. Isso porque a estimativa do tempo de funcionamento dessas usinas é subestimada, fazendo com que o custo pago pela energia supere o previsto no leilão. "Se for para pagar caro, melhor pagar caro pela energia eólica, que não emite gases."

As propostas do fórum serão encaminhadas ao governo até 31 de outubro.

Graziano: Minc expôs sujeira sob o tapete - O Globo – Capa – 03/10/2008

O ex-presidente do Inca Xico Graziano elogiou o ministro Carlos Minc por "levantar a sujeira sob o tapete", ao publicar lista que aponta assentamentos de sem-terra como os maiores causadores de desmatamento na Amazônia. "A reforma agrária no Brasil, com este formato, é antiecológica." O Ibama admite fechar um acordo para perdoar a dívida milionária do Inca.

Página 16

Graziano: Minc 'levantou a sujeira sob o tapete' – Soraya Aggege – O Globo – O País – 03/10/2008

Especialista diz que ministro foi corajoso ao dizer que assentamentos são a maior causa de desmatamento na Amazônia

Soraya Aggege

SÃO PAULO. O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano, afirmou ontem que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, "levantou a sujeira sob o tapete" da questão agrária no Brasil, ao declarar que os assentamentos são a maior causa do desmatamento na Amazônia. Especialista no tema, Graziano disse que

nenhum governo, inclusive do PSDB, do qual fez parte como presidente do Incra (1995), conseguiu tornar a reforma agrária ambientalmente acertada.

— Esse assunto estava enfiado embaixo do tapete, até que agora o Minc corajosa e corretamente o levantou — disse Graziano.

Há 20 anos, livro de Graziano já fazia alerta

O ex-presidente do Incra lembrou que há cerca de 20 anos lançou o polêmico livro “A tragédia da Terra”, baseado em sua tese de doutorado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde fazia afirmações semelhantes sobre os assentamentos.

— Eu dizia que cerca de 50 milhões de hectares de terras consideradas improdutivas eram florestas. A minha tese causou muita polêmica, mas estava correta. Hoje, 20 anos depois, as coisas mudaram, mas o Incra continua chamando de terras improdutivas o que era floresta virgem, morada de onça — disse Xico Graziano, explicando ainda que não saberia dizer agora qual seria o estoque real de florestas e terras improdutivas no país.

Ainda segundo o especialista, o impacto dos assentamentos sobre a Floresta Amazônica não tem sido uma questão de opção de governo, mas sim de uma ideologia da reforma agrária arraigada no país. Para ele, o PT é mais ligado à ideologia de esquerda que calcula enormes volumes de áreas improdutivas no país, mas o erro tem sido inerente a todos os governos, inclusive do PSDB, do qual participou.

O próprio partido tucano colaborou para o desmatamento da Amazônia, de acordo com o secretário de Meio Ambiente de José Serra.

— A região de Marabá, por exemplo, foi totalmente desmatada, muito por causa do projeto de Raul Jungmann (ex-ministro do Desenvolvimento Agrário no governo Fernando Henrique Cardoso) de assentamentos na região.

E isso é só um exemplo.

Na avaliação do especialista, o Brasil precisa rever rapidamente sua política de reforma agrária: — A legalidade do Estatuto da Terra é de 1964, mas continua a mesma. O erro é inerente ao processo de reforma agrária, que é antiambiental e deformado — disse.

Graziano considera que o Brasil precisa garantir que terras de florestas não sejam jamais destinadas à reforma agrária e, ainda, proibir definitivamente a instalação de assentamentos na Amazônia.

— O que o Incra precisa fazer é colocar os assentamentos já existentes para funcionar, de modo que se tornem produtivos. Este país já gastou fortunas com os assentamentos, e eles continuam ineficientes.

Deviam encerrar o ciclo da criação de assentamentos — afirmou.

Para especialista, não há mais desemprego na agricultura

Na opinião de Graziano, a questão das terras improdutivas não pode mais ser incluída no contexto da reforma agrária. Para ele, não há mais desemprego na agricultura nem terras que não sejam utilizadas no país. Segundo ele avalia, a única região do Brasil onde ainda poderiam ser feitos assentamentos seriam semiaacute;rido e o agreste nordestinos.

— Concordo com alguns autores que dizem que nessa região há a possibilidade desenvolver projetos, mais voltados para a área social.

É preciso atuar nesses bolsões, onde há realmente pessoas que atuam na terra.

E não transformar moradores urbanos em sem-terra ou assentados, como faz o MST, com o apoio do Incra — afirmou Xico Graziano.

Ibama admite perdoar R\$ 256 milhões de multas do Incra por desmatamento -
Catarina Alencastro – O Globo – O País – 03/10/2008

BRASÍLIA. O Ibama admite a possibilidade de fechar um acordo para perdoar a dívida milionária que o Incra tem pelo desmatamento de 223.355 hectares de Floresta Amazônica em oito assentamentos de reforma agrária no Mato Grosso. A conversão da multa, que totaliza R\$ 256 milhões, em serviços de preservação, melhoria e recuperação ambiental, está prevista na legislação. Caso a conversão seja aceita, o Incra teria um desconto de 40% do valor e pagaria, em prestação de serviços ambientais, o valor restante.

Como se trata de governo devendo para o governo, há uma orientação do Ministério do Meio Ambiente para que o pagamento não seja feito em dinheiro, segundo explicou um funcionário do Ibama. Dono de um conjunto de áreas de floresta amazônica, o Incra poderia quitar seu débito com a cessão de algumas delas para a preservação.

Para Greenpeace, discussão sobre reforma é positiva

Para o diretor da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, a lista dos 100 maiores desmatadores desviou o foco de que, em agosto, houve um aumento de 134% na devastação da floresta amazônica. Ele considera positiva, no entanto, a discussão do modelo de reforma agrária brasileiro. Baseado em Manaus, Adário disse que a história dos assentamentos do Brasil sempre teve a devastação como lógica.

— A política de assentamentos na Amazônia sempre, desde o regime militar, esteve ligada à destruição da floresta: agricultura e exploração madeireira. O estado não investiu em desenvolver uma cultura de promover assentamentos que vão utilizar os recursos da floresta em pé, com a colheita de fibras, raízes, e da própria madeira, de forma sustentável. Você não dá muita alternativa para o assentado, a não ser explorar a madeira — disse, reforçando que o Incra deveria aproveitar a divulgação da lista para mudar “radicalmente” o perfil dos assentamentos na Amazônia.

Três dias depois da divulgação do levantamento que coloca os assentamentos do Incra como grandes vilões da preservação da Amazônia, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulgou uma nota responsabilizando a instalação de latifúndios por grandes agricultores privados pela derrubada da floresta. A Contag critica ainda a falha da fiscalização do Ibama e o Incra, por procurar “inflar” sua meta de assentamentos sem oferecer às famílias condições de se desenvolverem.

Contag se posiciona sobre lista de desmatamento do MMA – sítio Eletrônico do MST –
03/10/2008

A Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - discorda dos dados divulgados pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente), que relacionou os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária como os maiores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia.

Isto porque a elevação dos índices de desmatamento é consequência do aprofundamento do modelo de desenvolvimento capitalista e da pouca presença do Estado na região. A "abertura de áreas" para a instalação de grandes projetos agrícolas, pecuários,

energéticos e de mineradoras; a ação de grileiros e de madeireiros e a ausência de fiscalização efetiva do Ibama têm tornado incontrolável a devastação da floresta amazônica.

Por outro lado, a insistência do Incra em realizar projetos de assentamento na região com o objetivo de inflar sua meta numérica anual sem oferecer às famílias assentadas condições de desenvolvimento nas áreas é outra grave causa para o problema. A maioria dos assentamentos criados na Amazônia, principalmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, decorreu da regularização de áreas públicas, muitas já devastadas pela ação de grileiros e de madeireiros. Grande parte destas áreas não foram destinadas aos trabalhadores sem terra, sendo tomadas pelos madeireiros e mineradoras. Em outras, as famílias foram deixadas praticamente no abandono, sem infra-estrutura ou qualquer outra política pública que garantisse a permanência dos assentados nas áreas ou a sustentabilidade das unidades produtivas.

É esta a realidade dos assentamentos constantes da lista divulgada pelo MMA, que deveria, de forma responsável, ter depurado os dados antes de publicá-los. A Contag é contra o desmatamento da Amazônia e a implantação de grandes projetos na região. Exige a efetiva fiscalização e punição dos crimes contra o meio ambiente e contra os povos da floresta. Da mesma forma, exige o fortalecimento institucional e a aplicação de políticas públicas que assegurem a regularização fundiária das áreas de pequenos posseiros e a realização da reforma agrária com projetos de assentamento sustentáveis e adequados à realidade da região.

Desmate de assentados na Amazônia equivale a 9,5% - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/10/2008

Pesquisa mostra que 80% da derrubada nos últimos 12 meses ocorreu em terras privadas e ocupadas por posseiros ou grileiros

Líderes da polêmica lista de maiores desmatadores da Amazônia, os assentamentos de reforma agrária foram responsáveis pelo abate de cerca de uma a cada dez árvores cortadas na floresta nos últimos 12 meses. O levantamento foi feito com base em imagens captadas por satélites entre agosto do ano passado e julho deste ano, o mesmo período de coleta da taxa de desmatamento oficial do ano, que deverá ser divulgada em novembro.

As imagens foram analisadas mês a mês pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) e não registram desmatamentos de áreas menores do que 12,5 hectares, o equivalente a aproximadamente 17 campos de futebol. Consideradas as áreas maiores, os assentamentos contribuíram, em 12 meses, com o desaparecimento de uma área de floresta equivalente à terça parte da cidade de São Paulo ou 9,5% do total do período.

De acordo com as imagens analisadas pelo Imazon, mais de 80% do desmatamento ocorrido no período está concentrado em propriedades privadas e terras da União ocupadas por posseiros ou grileiros. O restante da devastação -aproximadamente 12% do total- ocorreu em unidades de conservação e em terras indígenas, teoricamente protegidas da ação das motosserras.

Os números confirmam a existência do problema de desmatamento em

assentamentos de reforma agrária, mas em uma dimensão diferente da sugerida pela lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia divulgada na última segunda-feira pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Os seis primeiros lugares da lista são ocupados por assentamentos de responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A lista levou em conta a área desmatada e o valor das multas aplicadas.

Segundo o Incra, existem hoje 3.082 assentamentos federais de reforma agrária na Amazônia, concentrados nos Estados do Maranhão, Pará e Mato Grosso. A área total desses assentamentos é de quase três vezes o território do Estado de São Paulo.

A falta de sustentabilidade ambiental desses assentamentos, criticada pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), foi constatada por sucessivas auditorias do TCU (Tribunal de Contas da União).

No relatório mais recente, votado em agosto, o tribunal recusou novas propostas de adiamento e fixou prazo até dezembro para que o Incra apresente plano de regularização do passivo ambiental dos assentamentos, com metas, cronograma e recursos definidos. Até o fechamento desta edição, o Incra não havia respondido se cumprirá a determinação dentro do prazo estabelecido pelo tribunal.

Uma auditoria anterior já havia constatado "grande degradação" das áreas de proteção permanente (como matas às margens de rios) e de reserva legal (de 80% da floresta). Segundo o tribunal, o Incra vinha reiteradamente descumprindo a legislação ambiental nos assentamentos de reforma agrária na região da Amazônia. "O Incra permaneceu sem regularizar a situação ambiental dos inúmeros assentamentos criados sem licenciamento. A situação torna-se mais grave quando se observa que novos assentamentos estão sendo implantados, igualmente, sem as necessárias licenças ambientais", diz o relatório.

Retomando o fio da meada – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 06/10/2008

O AUMENTO evidente do índice de desmatamento da Amazônia tem gerado uma profusão de subtemas relevantes e dignos de atenção. Eles podem levar, contudo, a uma grande dispersão em torno de questões pontuais que nos afastam daquilo que está na cabeça e nos desejos da maioria: um modelo de desenvolvimento para a região baseado na floresta em pé, e não na sua destruição.

A simples multiplicação de ações desconexas pode não ser a melhor resposta às situações adversas. Felizmente, não estamos partindo do zero. Há uma história de esforços governamentais e da sociedade que trouxeram a questão Amazônia a um ponto que não pode ser perdido agora, como se estivéssemos segurando o fio da meada e de repente o largássemos, embolando de novo todo o novelo.

Para evitar esse risco, é preciso retomar o caminho iniciado com o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), criado por decreto do presidente Lula em julho de 2003, sob coordenação da Casa Civil, com

secretaria técnica do MMA e envolvendo 14 ministérios.

Esse plano é constituído de três eixos: do Ordenamento Territorial e Fundiário, do Monitoramento e Controle Ambiental e do Fomento ao Uso Sustentável da floresta e das áreas abertas. Ele contribuiu decisivamente, por três anos consecutivos, de 2005 a 2007, para reduzir em 57% o desmatamento, até então considerado pelo governo federal como problema de exclusiva competência da área ambiental.

Após essa vitória, seguiram-se prenúncios de retrocesso devido a pressões previsíveis de alguns setores para revogar as importantes medidas adotadas. O governo parece ter perdido a unidade no discurso e, em parte, nas ações, o que tem estimulado o reagrupamento dos interesses contrários à ampliação da governança ambiental na Amazônia. É necessário que retome urgentemente a coordenação política do PPCDAM, reforce-o no seu processo de controle social e valorize-o com o crescente envolvimento de governos estaduais e municipais, como forma de barrar retrocessos.

A redução do desmatamento, mesmo diante de fatores que tradicionalmente o incrementam, como estiagem prolongada, elevação dos preços de commodities e eleições, seria uma demonstração de governança estável que traria resultados positivos para todos. Inclusive para os setores contrários às medidas de proteção à floresta, que veriam se abrir novas possibilidades para o seu negócio, com base, justamente, na imagem de responsabilidade socioambiental diante de um patrimônio do porte da Amazônia.

contatomarinasilva@uol.com.br

Meio ambiente e segurança nacional – Mario Cesar Flores – Folha de São Paulo – Opinião - 08/10/2008

NENHUM PAÍS é hermético, existem assuntos que transcendem fronteiras. Entre eles, os cuidados com a natureza, convenientes ao país em si e para evitar que preocupações de outros países, legítimas, interesseiras ou penderes de maior conhecimento gerem polêmicas sobre condutas vistas como influentes no clima, no nível dos oceanos, na desertificação, nas enchentes, nas secas e na poluição de rios, lagos e oceanos.

A visão desse problema em países desenvolvidos nem sempre é igual à dos países em desenvolvimento, mais tolerantes, porque os danos à natureza seriam neles socioeconomicamente justificados... Mas uma pergunta atinge todos: qual a relação entre meio ambiente e segurança nacional?

O Brasil deve pensá-la atento aos efeitos ambientais internos e transnacionais das atividades no país. Embora controverso e dependente de aferições científicas, o conceito da supraterritorialidade ambiental cresce no mundo e já começa a merecer atenção relacionada com a segurança.

Ator importante (a Amazônia tem sido alvo freqüente de instigantes referências de lideranças relevantes no mundo), cabe ao Brasil promover seu desenvolvimento minimizando os danos ambientais que prejudiquem seus próprios interesses no maior prazo -um matiz interno da segurança nacional comumente eclipsado por pressões econômicas,

sociais e políticas-, os de seus vizinhos e os do mundo em geral, assim se credenciando à tranquilidade interna e internacional e ao direito de influenciar parâmetros do quadro ambiental do mundo.

Para concretizar essa orientação, além do respeito aos acordos internacionais, precisamos de legislação adequada e implementação firme. Nossa legislação sempre pode ser aperfeiçoada, de conformidade com a ampliação do conhecimento e a evolução das circunstâncias -a expansão da fronteira agropecuária, por exemplo-, mas já a temos razoável.

O que vem deixando a desejar é sua implementação, fragilizada por deficiências institucionais -pessoal, material, procedimentos e monitoramento da situação- que geram ineficiência e facilitam as atividades ilegais e/ou predadoras, por vezes associadas à corrupção.

A solução desse quadro insatisfatório depende de medidas político-administrativas que reforcem as instituições, sujeitas aos humores do poder público, pressionado por injunções políticas, econômicas e sociais. E depende de monitoramento, que a imensidão geográfica e a complexidade fisiográfica do país exigem em alta tecnologia (satélites).

O potencial desse monitoramento transcende o meio ambiente e seus desdobramentos de defesa civil (enchentes, queimadas etc.), estende-se aos controles inerentes à segurança nacional clássica e a uma utilidade econômica vinculada à ambiental: a dinâmica florestal e seu mercado de crédito de carbono, cujas receitas deveriam contribuir para o controle ambiental, à semelhança da alocação de royalties do petróleo extraído no mar à Marinha, para fiscalização e proteção das áreas de produção.

Independentemente da evolução das controvérsias sobre a questão ambiental, já nos convém admitir que, se malconduzida, ela ameaça a continuidade útil do nosso patrimônio natural no longo prazo, podendo comprometer a produtividade econômica e a tranquilidade social (pobreza, migração desordenada), além de expor o Brasil no quadro internacional (em que o Brasil pode prejudicar e ser prejudicado...).

É preciso tratá-la com prudência, porque seria insensato menoscabar por inverossímeis as possibilidades adversas -menoscabo por vezes sincero, mas também por vezes apenas rendição à pressão política, social ou econômica, "vendida" como manifestação de soberania nacional, válida quanto ao "modus faciendi", sem que isso autorize a estendê-la ao "convém fazer", que transcende os parâmetros do nacionalismo, correto ou interesseiro.

Em suma: transigências por inoperância funcional decorrente das deficiências citadas ou da pressão de interesses vão acabar comprometendo o futuro sadio do país, induzindo problemas que tumultuarão a segurança interna, vão prejudicar nossa credibilidade internacional no tema e, no correr do século, se a ciência e os fatos vierem a confirmar prognósticos negativos, vão ensejar preocupações de segurança externa.

A segurança nacional não mais pode ignorar que o meio ambiente também lhe diz respeito, crescente no correr do século.

**MARIO CESAR FLORES , 77, é almirante-de-esquadra reformado. Foi secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (governo Itamar Franco) e ministro da Marinha (governo Collor).*

Desmatamento na Amazônia cai 27% nos meses mais críticos do ano – Sítio Eletrônico do MMA – Gisele Teixeira - 08/10/2008

Números do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que a média de desmatamento nos três meses mais secos do ano (junho, julho e agosto) vem caindo desde 2004, chegando ao menor valor agora em 2008 - 649 km².

Nesses meses tradicionalmente ocorre o maior volume de corte da floresta. A área desmatada no período chegou a ser de 5.858 km² em 2004, início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E está sendo reduzida desde então: foi de 1.568 km² em 2005; 1.187 km² em 2006; 884 km² em 2007 e 649 km² em 2008.

"Este ano registramos a menor média em cinco anos para os meses mais críticos e uma redução de 27% sobre o ano anterior", destaca o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Ele acrescenta que os números mostram que seu governo está conseguindo manter a tendência de queda registrada na gestão da ministra Marina Silva. "Mas os números não são bons. Temos que reduzir ainda mais o desmatamento na Amazônia", diz Minc.

Para isso, o Ministério do Meio Ambiente está implementando uma série de medidas de fiscalização, como o aumento do número de portais de fiscalização nos entroncamentos de rodovias na Amazônia. Hoje são apenas dois, nas BRs 364 e 163, mas o objetivo é chegar a oito. Entre as medidas de combate à impunidade ambiental, o MMA anuncia nesta sexta-feira o ajuizamento de ações contra 90 desmatadores.

As ações da agenda positiva, a chamada Operação Arco Verde, também foram reforçadas e devem se refletir em breve na criação de empregos sustentáveis na Amazônia. Uma delas é a consolidação do Distrito Florestal da Rodovia BR-163 (Cuiabá/MT-Santarém/PA) - uma área de 15 milhões de hectares, no Pará, onde serão aplicados 6 milhões de euros em manejo das florestas públicas da região, apoio a iniciativas de produção sustentável e fortalecimento da sociedade civil.

Ações positivas incentivam uso sustentável da floresta - A criação do Fundo Amazônia, que já conta com a doação de US\$ 140 milhões pelo governo da Noruega em seu primeiro ano de funcionamento, também irá alavancar a exploração sustentável da floresta e a qualidade de vida dos 24 milhões de pessoas que vivem na região.

As doações do governo norueguês devem totalizar US\$ 1 bilhão até 2015. E as melhorias para a região não devem demorar para chegar. A primeira reunião do comitê orientador do fundo está marcada para 24 de outubro, quando será dado o passo inicial para a implementação das ações.

A garantia de preços mínimos para produtos extrativistas também é uma vitória do ministro Carlos Minc. A borracha natural, o açaí, a castanha de babaçu e o pequi foram os primeiros a ter preços fixados pelo Conselho Monetário Nacional, em setembro passado, dentro de uma lista de dez produtos extrativistas da sociobiodiversidade que passarão a ser

garantidos pelo governo. Na próxima reunião, o CMN aprovará os valores para os óleos de copaíba e andiroba, além da castanha do Pará e da carnaúba.

Por fim, a primeira versão do Plano Nacional de Mudanças do Clima, em consulta pública até o final de outubro, prevê eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015. Isto é, a partir dessa data o Brasil vai plantar mais do que cortar. Teremos um desmatamento legal e ilegal decrescente e um plantio crescente de árvores, tanto de espécies nativas quanto para silvicultura, até chegarmos ao desmatamento ilegal zero, complementou o ministro.

Ministro debate desmatamento com parlamentares ambientalistas – Sítio Eletrônico do MMA – Carlos Américo - 09/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu, nesta quinta-feira (9), a definição de programas, de instrumentos, de recurso e de procedimentos que garantam, efetivamente, o desmatamento zero na Amazônia, antes do estabelecimento de metas.

Minc participou de reunião da Frente Parlamentar Ambientalista, na Câmara dos Deputados, que discutiu o Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia, formulado por nove ONGs, e que pretende acabar com o desmatamento na região.

Minc disse que o Brasil não tem uma data-limite para acabar com o desmatamento na Amazônia, mas disse que o MMA é favorável a metas de redução do desmatamento. Ele lembrou que o Plano Nacional de Mudanças Climáticas - em consulta pública pela internet - faz com que o Brasil se comprometa a possuir médias decrescentes de desmatamento em todos os biomas até atingir o desmatamento ilegal zero. A meta é eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015. "O Brasil vai plantar mais do que desmatar".

O ministro também destacou a redução da taxa de desmatamento na Amazônia, nos últimos cinco anos (2003-2008), nos meses mais secos do ano (junho, julho e agosto).

O sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostra que a média de desmatamento nesse período vem caindo, chegando ao menor valor este ano - 649 km². Ele ressaltou que, mesmo com a redução, não há motivos para comemorar. "Os números são suficientes? Não. Há motivo para comemorar? Não. O desmatamento ainda é muito grande", disse.

Minc anuncia 81 ações civis públicas contra desmatadores - Site eletrônico MMA – Gisele Teixeira - 10/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou nesta sexta-feira (10) que o governo está entrando na Justiça contra empresas e fazendeiros que desmataram áreas da Amazônia Legal. São 81 ações civis públicas, o equivalente 104 processos. Desse total, 26 processos foram ajuizados nesta sexta-feira e outros 78 estão programados para o dia 30. "Isso é uma sinalização do combate à impunidade", disse Minc.

No total, fazendeiros e empresas terão de recompor aproximadamente 133 mil hectares destruídos no Mato Grosso, no Pará e em Rondônia e pagar o equivalente a R\$ 227 milhões em multas à União. A iniciativa é resultado de uma força-tarefa formada pelo Ministério do meio Ambiente (MMA), Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A lista divulgada hoje apresenta o nome do autuado, a área desmatada, o valor da multa e o município da infração.

De acordo com a AGU, as ações pedem a obrigação da desocupação imediata da área degradada; a determinação do depósito integral, em conta bloqueada pela Justiça, da quantia referente ao valor bruto da comercialização de toda a produção agropecuária em desenvolvimento, de forma a impedir o enriquecimento ilícito; a suspensão da participação dos citados em linhas de financiamento; além da obrigação de se fazer a consistente recuperação dos danos causados.

Segundo Minc, até o final do ano parte dessas ações civis também poderão se tornar ações criminais. "Nem todo desmatamento configura crime federal, mas desmatar em unidade federal é crime", explicou.

De acordo com a procuradora do Ibama, Andréia Vulcanes, as infrações foram constatadas em campo e estão comprovadas com imagens de satélite com o histórico do desmatamento, ausência de autorização e informações técnicas, com laudos e pareceres, sobre as consequências do dano ambiental produzido para a fauna e flora.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não foi alvo de nenhuma das ações propostas, mas, segundo o ministro, o desmatamento confirmado também deverá ser ressarcido em forma de reconstituição ambiental e terras. "Nenhuma multa será perdoada, estamos apenas seguindo a lei", disse Minc, explicando que em caso de ente público esta é a forma de pagamento adotada. "Se o Incra pagasse em dinheiro, certamente o montante iria para uma conta única do governo, sem garantia de que seria revertido em proteção ambiental", acrescentou.

Minc voltou a reclamar da impunidade, dizendo que hoje no Brasil poucas ações são ajuizadas e apenas um décimo delas vira condenação. "Mas isso vai acabar. Essas ações de hoje são resultado de um esforço concentrado e daqui para frente vai ser assim para deixar bem claro para o Brasil: o crime não vai compensar. Vão perder terras, vão perder dinheiro, vão perder gado, vão perder a soja e a madeira e podem até perder a liberdade, dependendo da fase seguinte dessas ações", disse o ministro. Ele acrescentou que a fiscalização será intensificada, bem como devem continuar as apreensões e leilões de boi pirata.

Saída para o Pacífico – João Francisco Salomão – O Globo – Opinião – 11/10/2008

A Rodovia Transoceânica, incrível estrada de 2.600 quilômetros ao longo da Floresta Amazônica e dos Andes, que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico, significará alternativa importante para as nossas exportações aos crescentes mercados da Ásia, responsáveis por mais de 15% de nossas vendas externas.

Serão seis mil quilômetros a menos que os produtos nacionais terão de percorrer até chegar aos consumidores chineses, japoneses, indianos, coreanos e de outras nações da região.

Estudo da Federação das Indústrias do Estado do Acre estima que o vasto mercado a ser aberto pela estrada envolveria sete milhões de consumidores em Madre de Dios, Cusco, Puno, Arequipa, Apurímac, Ayacucho, Ica, Tacna, Moquegua, Loreto, San Martin, Ucayali, Huanuco e adjacências. Por tudo isso, justifica-se plenamente a construção da estrada. Sua conclusão, prevista para o final de 2010 ou início de 2011, representará uma vitória do talento humano ante dificuldades geográficas imensas. O traçado parte de Rio Branco, no Acre, e segue por 344 quilômetros em território brasileiro.

Cruza a fronteira com o Peru, percorrendo mais 2.256 quilômetros, cortando a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes, até chegar a três portos do país vizinho: Ilo, Matarani e San Juan de Marcona. É um empreendimento de US\$ 1,8 bilhão, envolvendo os governos das duas nações e a participação privada.

O avanço da engenharia está viabilizando a superação de formidáveis obstáculos naturais — a maior floresta tropical do mundo e a Cordilheira dos Andes. Há trechos da estrada a 3.500 metros acima do nível do mar e um segmento a 4.870 metros de altitude.

Contudo, o sucesso desse empreendimento ainda depende da vitória sobre empecilhos não-geográficos, mas políticos e relacionados à diplomacia econômica.

É preciso uma linha aérea regular acessível e o fim dos entraves ao transporte de passageiros em ônibus e microônibus.

Também é fundamental a simplificação das relações aduaneiras, com a implantação de um modelo de preferências tarifárias e facilitação do câmbio. Na fronteira peruano-brasileira (Assis Brasil-Iñapari) é preciso que prospere, pelo menos até a conclusão da estrada, uma área de livre comércio, eliminando-se as restrições alfandegárias e não-alfandegárias que limitam o comércio bilateral. Uma boa medida seria a implantação de um sistema de utilização das moedas locais, a exemplo do adotado a partir de outubro no intercâmbio entre Brasil e Argentina.

Seria inadmissível ironia, depois de vencer a Floresta Amazônica e os Andes, limitar os impactos positivos desse empreendimento em decorrência de meras idiosincrasias.

JOÃO FRANCISCO SALOMÃO é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre.

Nomes de senador e deputado constam de lista de desmatadores da Amazônia -
Evandro Éboli – O País – 11/10/2008

BRASÍLIA. O governo ajuizou ontem 26 ações civis públicas contra duas empresas e 23 proprietários rurais acusados de desmatar a Amazônia nos últimos anos — dois processos são contra a mesma pessoa . A União quer que eles paguem multa pelo crime ambiental e recuperem a área destruída.

Até o fim do mês, os advogados da União entrarão com outras 56 ações na Justiça. Ao todo, esses 82 processos cobrarão o pagamento de R\$ 227,4 milhões de multas já aplicadas e a recuperação de 133,4 mil hectares de mata destruída.

Na lista de infratores apresentada ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aparecem dois parlamentares: deputado Ernandes Amorim (PTB- RO) e o senador Jaime Campos (DEM-MT). Amorim é acusado de ter desmatado ilegalmente 1.674 hectares em Machadinho D'Oeste (RO), e foi multado pelo Ibama em R\$ 4,1 milhões. Campos teria destruído 1.591 hectares numa propriedade em Alta Floresta (MT). Foi multado em R\$ 5,5 milhões.

Apontado como maior destruidor do meio ambiente no país, o Inbra ficou fora da relação e não será processado judicialmente pelo governo. Minc disse que o Inbra procurou de forma voluntária o Ibama para se justificar. Segundo o ministro, por se tratar de órgão público, não será responsabilizado na Justiça e nem precisará pagar a multa com dinheiro, mas cederá terras e fará o compromisso de recuperação de áreas nos assentamentos da reforma agrária.

— Converter não é perdoar.

O Inbra tem terras e precisamos delas para conservação e preservação.

Se pagasse a multa, talvez nem veríamos o dinheiro, que iria para um fundo do governo — disse Minc.

O ministro afirmou que, “no fundamental”, os autos aplicados contra o Inbra estavam corretos.

Disse estar animado e que espera contar com a compreensão dos juízes no momento de analisar os processos.

Minc: 'Tremei, poluidores, acabou a moleza' – O Globo – O País – 11/10/2008

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reclamou que, de cada cem pedidos de autuação feitos pelo ministério, apenas dez viram ações judiciais, e somente uma pessoa ou empresa é punida.

— É quase um estímulo à impunidade ambiental. Ninguém vai ficar de fora, acabou a moleza. Tremei, poluidores.

Agora é pagar, reflorestar e pegar o xilindró quando couber.

Senão parece que o crime compensa — ameaçou ele.

Mas as ações civis públicas do governo não podem levar ninguém a cadeia. Para um desmatador ser jugado criminalmente, é preciso que o Ministério

Público Federal faça a denúncia.

Nas ações civis públicas, a União apresentou laudos, pareceres e imagens de satélite que comprovam o desmatamento.

As áreas questionadas na Justiça estão embargadas pelo governo, mas os proprietários ignoram e continuam plantando e usando a terra.

As 26 ações ajuizadas ontem envolvem fazendas de Mato Grosso, Pará e Rondônia. A procuradora-geral do Ibama, Andréia Vulcanis, disse que há pedidos de liminares nessas ações para obrigar o proprietário a desocupar a terra embargada e pagar imediatamente a multa. Procurados, o senador Campos e o deputado Amorim não foram localizados.

Proposta contra o desmatamento – Roger Agnelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/10/2008

MEU AVÔ João chegou ao Brasil no fim do século 19. Veio da Itália para ser colono em fazenda de café, no interior de São Paulo. Meu pai, Sebastião, nasceu numa fazenda. Após ter sucesso como industrial, fez-se fazendeiro em Araras, também em São Paulo.

Fui criado vendo as coisas da roça e sei como é difícil manter uma propriedade rural auto-sustentável. Como empresário, meu pai seguia métodos de gestão e de produção modernos para aquela época. Tinha uma propriedade de boa escala e mesmo assim gastou muita energia para manter a fazenda sustentável e com preservação ambiental.

Imagino como vivem os habitantes dos assentamentos rurais no Brasil. Longe dos grandes centros, praticando agricultura familiar sem infra-estrutura, sem recursos financeiros e técnicos, os assentados estão em ecossistemas riquíssimos. Derrubar árvores tornou-se complementação de renda.

Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, iniciou corajoso debate sobre o modelo de reforma agrária. Ele apontou propostas, como um sistema de produção coletiva, para aumentar a produtividade nos assentamentos. O modelo usado nos assentamentos necessita de ajustes. A sociedade arca com custos de implantação e manutenção dessas áreas. Contudo quem sabe informar o que e quanto produzem? Que tecnologia se faz necessária e que tipo de educação as crianças devem receber para desenvolver essas comunidades? Essas são questões que devem estar nesse debate iniciado pelo ministro.

Cobra-se sustentabilidade das empresas, mas vemos o avanço sem controle do desmatamento nos assentamentos e o êxodo dos jovens para as cidades. Precisamos de modelos que permitam o acesso à terra, com viabilidade econômica e educacional, e que preservem o ambiente.

A melhor forma de enfrentar o desmatamento é investir em educação, em saúde e na geração de oportunidades. Um caminho pode ser estimular novos arranjos econômicos. É preciso haver parcerias entre governos e empresas. Os setores público e privado possuem naturezas de atuação distintas, mas complementares. Se empresas ajudarem no desenvolvimento de novos processos, criam-se condições para a sustentabilidade dos assentamentos.

Vejamos o exemplo da Vale na Área de Preservação Ambiental do Igarapé Gelado, em Parauapebas (Pará). A comunidade existe há décadas, mas não conseguia se desenvolver. Foi feita uma parceria entre Vale, Ibama, prefeitura e comunidade para instalar uma Escola Técnica Rural que, entre outros benefícios, viabilizará a produção de alimentos em escala empresarial, os quais, por sua vez, abastecerão os restaurantes industriais da Vale na região. Uma relação de ganha-ganha para todos.

É preciso uma espécie de PPP entre a iniciativa privada e o governo.

Não devemos perder tempo com discussões sobre a importância da reforma agrária. É necessário levarmos novos processos para os assentamentos e ajudar a banir de lá a pobreza, que, desumana, flagela homens, mulheres e crianças. É hora de promover a inclusão social dos assentados, porque, no fim das contas, o maior inimigo do ambiente é a miséria.

**ROGER AGNELLI , 49, economista e diretor-presidente da Vale, escreve neste espaço a cada quatro semanas.*

Dendê tem indicadores de sustentabilidade – Sítio eletrônico do Contag - 13/10/2008

Um sistema de indicadores de sustentabilidade especialmente para a avaliação e gestão ambiental da produção sustentável do dendê está sendo proposto pelo Cirad (Centro Francês de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Denominado Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental -APOIA Dendê, o sistema resulta de uma cooperação do laboratório virtual da Embrapa no exterior (Labex - Europa) e foi apresentado para análise crítica dos pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM) e de representantes do setor produtivo.

A Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM) pesquisa alternativas para melhorar a sustentabilidade de cultivos agrícolas e há 28 anos vem trabalhando com a cultura do dendê na região amazônica, gerando conhecimentos sobre técnicas de manejo e melhoramento genético. Com esse trabalho foram desenvolvidas cultivares que apresentam boa produtividade e foram elaborados sistemas de produção com bom desempenho como alternativa econômica para recuperação de áreas alteradas na Amazônia.

Com a aplicação desse tipo de avaliação em estabelecimentos que cultivam dendê, será possível verificar se estão sendo seguidas boas práticas na condução do empreendimento e quais os impactos positivos e negativos associados a isso. Uma das novidades é que o sistema integra, não apenas aspectos ecológicos, mas também econômicos e sociais. Por exemplo, uma das questões verificadas é se a atividade gera emprego no âmbito local e qual o nível de qualificação desses empregos.

Dessa forma, o sistema consiste de planilhas eletrônicas que integram informações em um conjunto de 65 indicadores sobre impactos em cinco dimensões: ecologia da paisagem, qualidade ambiental (atmosfera, água e solo), valores socioculturais, valores econômicos e gestão e administração.

Essas informações servem para medir o nível de sustentabilidade que o estabelecimento rural apresenta, bem como podem ser úteis para identificar e corrigir pontos críticos na condução da atividade contribuindo para a gestão ambiental na propriedade. O sistema para avaliação da sustentabilidade do dendê está sendo elaborado por uma equipe de pesquisadores liderada pelo ecólogo Geraldo Stachetti, pós-doutorado em Avaliação de Impactos Ambientais e pesquisador responsável pela área temática "Tecnologias para Sustentabilidade dos Agroecossistemas" junto à Embrapa Labex Europa, em Montpellier, França. Avaliar para subsidiar decisões - Stachetti explica que, diferente de outras avaliações de âmbito mais regional, o APOIA direciona sua análise para a escala do estabelecimento rural, permitindo identificar impactos positivos e negativos e assim subsidiar a tomada de decisões no âmbito local.

Em última análise, a proposta é verificar como a atividade produtiva contribui para o desenvolvimento local sustentável. Além disso, o pesquisador considera que o sistema poderá servir para assegurar um padrão de referência quanto à responsabilidade social do empreendimento, tal como um selo de sustentabilidade ou uma eventual certificação do produto e das práticas produtivas.

Geraldo Stachetti destacou que há uma tendência entre setores importantes do mercado internacional de commodities agrícolas de buscar, junto a seus públicos de interesse, definir e implementar termos de referência para a responsabilidade social e qualidade de seus produtos. No caso do dendê, o pesquisador informou que existe a iniciativa "Roundtable for Sustainable Palm Oil" (RSPO), que tem motivado todos os participantes da cadeia produtiva de dendê (incluindo produtores familiares) a implantarem um conjunto de Princípios, Critérios e Indicadores (PC&I), em um movimento internacional de responsabilidade social, melhorando sua competitividade e inserção no mercado. Nesse contexto, conforme explica o pesquisador, o APOIA-Dendê vem como um método que integra diversos indicadores com o objetivo de assegurar tanto a responsabilidade social quanto a efetiva conservação ambiental e da biodiversidade.

Para compor o sistema APOIA-Dendê, a equipe se baseou em trabalhos anteriores da Embrapa, como o sistema APOIA-Novo Rural, que avaliou atividades rurais, por exemplo, de agricultura orgânica e agroturismo em várias regiões do Brasil, além da avaliação de impacto ambiental da produção de oleaginosas para biocombustíveis.

Stachetti informou que nessas experiências anteriores a aplicação do sistema se mostrou rápida e fácil e consegue expressar resultados de forma simples e direta, que podem auxiliar tanto o agricultor e empresário rural, quanto o público interessado na melhoria da sustentabilidade.

Pacto tenta banir produtos amazônicos ilegais em SP – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 15/10/2008

Iniciativa contra o desmate reúne setor privado, prefeitura e sociedade civil - Pesquisa de ONG diz que muitas empresas compram de donos de terras que estão com problemas ambientais

Um grupo de empresas que revendem em São Paulo carne de boi amazônico ou produtos feitos com madeira da floresta devem assinar hoje um pacto pela preservação. Pelo menos no papel, elas prometem ter mais cuidado com seus fornecedores e evitar comprar de donos de terras que alimentam o desmatamento da Amazônia.

O pacto será firmado entre várias empresas privadas, de um lado, e pelas ONGs Movimento Nossa São Paulo e Fórum Amazônia Sustentável, de outro. As duas instituições apresentaram a iniciativa ontem à tarde no seminário "Conexões Sustentáveis, São Paulo e Amazônia". "Nós temos aproximadamente 30 assinaturas pioneiras entre redes de supermercados, como o Wal-Mart e o Pão de Açúcar, e de ONGs, como o ISA [Instituto Socioambiental], o Akatu e o Greenpeace", afirma Caio Magri, do Instituto Ethos, outro grupo que vai ratificar o pacto pela Amazônia.

Das áreas que mais impactam a floresta atualmente -madeira e pecuária - empresas como a Leo Madeira e os frigoríficos Marfrig e Friboi afirmaram que vão assinar os seus respectivos pactos setoriais pela floresta hoje em São Paulo.

Segundo Magri, as empresas signatárias do acordo se comprometem a não "financiar, produzir ou utilizar carne, soja e produtos madeireiros de propriedades que tenham áreas embargadas por infrações ambientais ou que estejam na lista suja do Ibama [documento que relaciona donos de terra com pendências ambientais]."

O mesmo critério, diz ele, deve ser usado em relação à lista do Ministério do Trabalho, que identifica as propriedades que violam leis trabalhistas e humanitárias, como a proibição ao trabalho escravo. Representantes dos dois candidatos à prefeitura de São Paulo -que também compra produtos amazônicos-, prometem assinar o documento.

Mesmo com a chamada certificação ambiental de várias madeiras, todo o cuidado é pouco, disse à **Folha** o membro do Movimento Nossa São Paulo, Oded Grajew. "Hoje, às vezes, a empresa é certificada, Mas isso não significa que todos os seus produtos são de origem legal", disse. É por isso que pactos como os que serão assinados hoje, afirma Grajew, são importantes tanto para os consumidores quanto para o próprio setor privado.

Conexão Norte-Sudeste - Para ilustrar o impacto do mercado consumidor paulistano sobre o desmatamento, um trabalho da ONG Repórter Brasil apresentado no seminário mostrou algumas conexões entre empresas da cidade e fornecedores na floresta amazônica. "Nós não estamos acusando ninguém. Até acho que as empresas realmente não sabiam de todas essas conexões, mas é importantes mostrar isso, até para fazer um alerta", afirma Leonardo Sakamoto, um dos responsáveis pelo trabalho.

Dois dos levantamentos feitos pela ONG mostram os casos do frigoríficos Friboi e Marfrig. O documento diz que uma unidade do Friboi em Mato Grosso adquiriu gado de um pecuarista que teve parte de sua fazenda embargada pelo Ibama por desmatamento ilegal. A empresa disse à Folha que de fato comprou 125 bois do fazendeiro Marco Aurélio Morales Branco, mas de outra propriedade sua, em Barra do Garça. A fazenda com problemas, segundo a empresa, fica em Querência.

O problema da Marfrig seria com pecuaristas envolvidos com o trabalho escravo, diz a Repórter Brasil. À **Folha**, a empresa disse que desde março está comprometida com o pacto pelo fim do trabalho escravo.

Reservas coniventes – O Globo – Opinião – 15/10/2008

Às denúncias do Ibama de que assentamentos de colonos têm parte ponderável da responsabilidade pelo desmatamento na Amazônia juntam-se agora fortes evidências de que reservas indígenas do Maranhão podem estar coniventes com a degradação ambiental da área, que já atinge proporções preocupantes.

Uma reportagem do “Fantástico” mostrou domingo passado que há extração irregular de madeira numa extensão de 16 mil quilômetros quadrados, onde vivem dez mil índios. De acordo com a reportagem, 40 madeireiras operam na região. O chefe regional do Ibama acusa a população indígena de dar apoio à extração ilegal. Por sua vez, o chefe regional da Funai, se não encampa a denúncia, não a descarta por completo: “Não posso afirmar se existe veracidade na participação desses caciques, mas é possível que sim”, disse Sérgio Murilo Rego à equipe da TV Globo.

Fora a existência de um clima de terror que intimida quem tenta se opor às atividades ilegais das madeireiras, a ponto de a polícia local chamar de faroeste maranhense a região de Buriticupu, onde se concentram as empresas de extração, existe a adicional leniência dos órgãos supostamente encarregados de inibir tais ações.

Ao Incra compete evitar que supostos movimentos de reforma agrária derivem para abusos — e, como não o faz, os índices de desmatamento nos assentamentos, conforme incontáveis denúncias na imprensa, comprovadas, afinal, pelo Ibama, tornam-se alarmantes.

Já a constatação de que índios também teriam sua cota de culpa nas agressões contra a floresta deixa mal a Funai, organismo que, em tese, deveria impedir que a população indígena se envolva em malfeitorias. Não por acaso, os dois órgãos são pontasdelança do aparelhamento de repartições do governo federal, e, como tal, atuam sob uma blindagem que os deixa a salvo da fiscalização da sociedade.

As denúncias de desmatamento promovido por setores abrigados nas asas companheiras do Incra e da Funai acabam de vez com o mito de que assentados e indígenas, por natureza, não agridem o meio ambiente. Permanecer com essa visão, por mais que recenda a odores ideologicamente ultrapassados, é uma opção de cada um.

Quando, no entanto, tal postulado ganha amparo em organismos obrigados a defender os interesses da sociedade, e não de grupos corporativos, se está diante de uma grave transgressão.

Perdem, neste caso, a democracia e o meio ambiente.

Reserva legal não pára extinção – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2008

Se a proteção do cerrado ficar a cargo somente do cumprimento do código florestal, cerca de 25% das espécies do bioma estarão ameaçadas de extinção. A conclusão é de um estudo divulgado nesta semana pela ONG Conservação Internacional (CI).

O código florestal prevê que as propriedades privadas existentes no bioma mantenham pelo menos 20% de sua área com mata nativa - a chamada reserva legal. Mas, pelos cálculos da CI, mesmo que todos os proprietários rurais cumpram a regra, preservar somente esses trechos não será suficiente para proteger as espécies.

Segundo os autores do trabalho, a área total protegida no bioma precisa aumentar, seja com reservas públicas ou privadas, para que as espécies tenham espaço para se desenvolver. “Faz dois anos que não é criada nenhuma unidade de conservação no cerrado. Só 2,7% de seu território é protegido por áreas de proteção integral. Se isso não aumentar, não dá para falar em conservação”, afirma Mario Barroso, gerente do programa Cerrado-Pantanal da CI e um dos autores do estudo.

O pesquisador alerta que, se sobrarem somente os 20% das reservas legais, pode ocorrer um evento semelhante ao observado na mata atlântica, em que a fragmentação da floresta dificulta, entre outras coisas, a ocorrência de animais de grande porte e a polinização.

O cerrado é uma das savanas mais ricas do mundo - estima-se que a região compreenda cerca de 5% de toda a biodiversidade do planeta. E boa parte dessas espécies desempenha um importante papel na manutenção do clima, na proteção dos solos, dos rios e de suas nascentes e na polinização.

Segundo Barroso, as espécies de distribuição mais restrita ou endêmicas (exclusivas de um local) estão entre as mais vulneráveis. Só entre os vertebrados, cerca de 340 animais estão nessas condições.

Um exemplo dessa relação entre desmatamento e riscos à biodiversidade pode ser observado na lista, recém-divulgada, de espécies ameaçadas de extinção do Estado de São Paulo. Entre as mais comprometidas estão aquelas que dependiam dos campos cerrados e perderam seu hábitat com a devastação dessas áreas nos últimos anos.

EXPANSÃO AGRÍCOLA - De acordo com o pesquisador, a maior ameaça ao bioma é hoje consequência da expansão da cana-de-açúcar por áreas onde antes se plantava soja e milho. Essas culturas agora estão subindo em direção ao Piauí, Maranhão, Tocantins e oeste da Bahia, justamente onde estão os remanescentes do cerrado. Segundo cálculos da CI com a Universidade Federal de Goiás, desde a década de 70, foram destruídos de 40% a 45% do bioma. “A gente entende a vocação do cerrado para o agronegócio. Sabemos que é estratégico para o País, mas seu crescimento precisa garantir que as fontes de água, que a biodiversidade e seus processos ecológicos sejam mantidos”, diz Barroso.

Desmate este ano deve ser maior, reconhece Minc – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Ciência – 16/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem em São Paulo que o desmatamento acumulado de 2008 na Amazônia deve ser superior ao visto em 2007. “É possível que seja ligeiramente maior, mas sem quebrar a linha de queda genérica de desmatamento. Não vai haver aumento acentuado.”

Os dados que confirmam a informação serão divulgados entre novembro e dezembro. “Nos últimos três anos, houve uma queda de 28 mil quilômetros quadrados para 19 mil e, depois, para 11,8 mil, uma queda acentuada. Começou a haver uma reversão (da tendência de queda) no final do ano passado e no início deste ano.”

O Prodes é o sistema oficial de contabilização de área desmatada e reúne dados de agosto a julho. Quanto ao Deter, sistema de detecção em tempo real do desmatamento, que mostra tendência da ação em campo, o ministro disse que espera uma queda nos números de setembro em relação aos do mês anterior. Em agosto, o Deter registrou 756 km² de corte. “O desmatamento nos últimos três meses teve média de 650 km², a menor dos últimos cinco anos (no mesmo período). E são os três piores meses, junho, julho e agosto, pois há estiagem e queimadas. Então se mantém uma tendência de queda do corte”, afirmou. “Mas nós não comemoramos o desmatamento ilegal. Nós queremos o desmatamento ilegal zero.”

Minc também disse que a revisão da lista dos cem maiores desmatadores recentes da Amazônia está quase pronta, sem que o resultado mude. O Incra encabeça o rol, com seis assentamentos - outros dois estão em 40º e 44º lugares. “No essencial, as multas estão corretas”, disse Minc.

A lista foi divulgada no fim do mês passado e opôs os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. A auditoria foi determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o mal-estar. “A reforma agrária necessária para combater a desigualdade social não pode implicar em desmatamento. A floresta não pode ser tratada como terra improdutiva”, afirmou Minc ontem.

A multa pelo desmatamento de 2.282 km² nas oito áreas deveria ser de R\$ 265,5 milhões. Porém, o ministro do Meio Ambiente disse que o Incra não precisará pagar - haveria, em seu lugar, a doação de terras para conservação e a recuperação de áreas degradadas nos assentamentos. Nem Minc nem o Incra até agora detalharam que terras são essas.

MAIS CANA - O ministro reafirmou que a expansão da área cultivada de cana-de-açúcar não atingirá a Amazônia. Segundo ele, as usinas que já existem na Amazônia e no Pantanal serão mantidas, mas novas não receberão autorização de funcionamento. Ele promete, para novembro, um zoneamento agroecológico nacional do produto. “Nós precisamos de mais 5 milhões de hectares para cana, para dobrar a produção, e temos 60 milhões de hectares disponíveis. Não há nenhuma necessidade (de abrir novas áreas)”, disse.

UE racha sobre metas ambientais – Folha de São Paulo – Mundo – 16/10/2008

Itália e países do leste evocam crise para suprimir investimentos que limitem emissão de gás de efeito estufa - França propunha multas aos setores poluentes; Berlim se opõe; Polônia diz não poder dispensar o carvão para a geração de sua eletricidade

Os governantes dos 27 países da União Européia sairão hoje divididos da reunião de cúpula, aberta ontem em Bruxelas, com relação à redução das metas de poluição atmosférica.

A principal objeção partiu da Itália. Seu primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, anunciou que vetaria o plano rascunhado há 18 meses pela UE e que previa a redução em 20%, até 2020, da emissão de gases que provocam o efeito estufa. Diante da crise econômica, afirmou, "as empresas italianas não estão em condições de arcar com as despesas para atingir essas metas". Os investimentos consumiriam o equivalente a 1,14% do PIB italiano.

Oito outros integrantes do bloco -Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Eslováquia, Letônia, Lituânia e Estônia- evocaram as turbulências econômicas e pediram que fosse revisto o plano antipoluição.

O ministro polonês das Relações Exteriores, Radoslaw Sikorski, disse que seu país não apoiaria metas que desrespeitassem sua diversidade energética, hoje fundamentalmente baseada no carvão mineral.

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, defende um sistema com multas de até US\$ 68,8 bilhões às indústrias poluidoras para que elas adotem tecnologias ambientalmente corretas. A chanceler alemã, Angela Merkel, considera a idéia absurda, segundo assessores. O mecanismo levaria à emigração dessas usinas, o que desindustrializaria em parte a Europa.

Ambientalismo francês - Paris e Berlim têm outro contencioso. A França garante com a energia nuclear a geração de 80% da eletricidade. A Alemanha gera bem menos energia limpa, como os 7% com moinhos de vento.

Por mais que os franceses estejam atrasados na tecnologia de biomassas, Sarkozy criou um mecanismo de consulta da sociedade para a área ambiental que já esboçou 300 projetos. Um deles, por exemplo, beneficia em 700 os automóveis novos menos poluentes e pune em até 2.700 os mais poluidores. Isso mudou radicalmente, em 2008, o perfil do consumo de veículos na França.

Há ainda a meta de tornar até 2012 os prédios públicos auto-suficientes em energia e empréstimos em até 7.000, sem juros, para que particulares reforcem o isolamento térmico de seus domicílios.

A Europa caminha em duas velocidades distintas em termos ambientais, e é possível que negociações até o fim do ano sejam insuficientes para que se chegue a um consenso.

O premiê britânico, Gordon Brown, disse ontem que "não se deve abandonar a agenda sobre a mudança climática".

A posição britânica é no entanto ambígua, como lembra o jornal "The Guardian". O Reino Unido procura tirar o querosene de aviação do pacote antipolvente. A Europa deverá também chegar dividida à conferência convocada para dezembro na cidade polonesa de Poznan e que elaborará propostas para dar seguimento ao Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. **Com agências internacionais*

ONGs rejeitam pactos pela Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/10/2008

A assinatura de um pacto pela preservação da floresta amazônica entre empresas e ONGs, que ocorreu ontem, teve baixas.

A ONG Amigos da Terra, por exemplo, não assinou o documento sobre a pecuária. O Instituto Socioambiental não participou do pacto pela soja.

A iniciativa dos acordos da soja, da pecuária e da madeira, organizada pelo Movimento Nossa São Paulo e pelo Fórum Amazônia Sustentável, é uma forma de fazer com que as empresas de São Paulo olhem para toda a cadeia de produção e não ajudem na derrubada ilegal da floresta amazônica.

Para a Amigos da Terra, as empresas do setor de carne apenas se comprometeram a não cometer crimes, mas não a comprar de terras idôneas, com reserva legal , licenciamento rural e outros requisitos.

Para Carlos Magri, do Instituto Ethos, um dos coordenadores do projeto, a assinatura é apenas o início de um processo. "O Fórum Amazônia Sustentável vai acompanhar de perto os pactos e novos itens poderão surgir." Pelo texto assinado ontem, as empresas não comprarão de proprietários que estejam nas listas sujas do Ibama ou do trabalho escravo.

Ministro defende possibilidade de venda de terra por posseiros – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 17/10/2008

Coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) defende que os posseiros que vierem a se beneficiar com títulos de terra na Amazônia não fiquem impedidos de vender os terrenos. "Se quiser vender, deve poder vender, não estamos preparando um modelo agrário soviético nem populista; precisamos confiar no trabalho e no mercado", disse.

O "rito sumário" de regularização fundiária da Amazônia é prioridade do PAS. Deve beneficiar inicialmente 284 mil posseiros, que ocupam terrenos da União com até 400 hectares, e alcançará uma área equivalente a 4% da região. As novas regras estão em discussão no Planalto, sob coordenação da Casa Civil. A proposta é que sejam transformadas em medida provisória até o final do ano.

A idéia é facilitar a concessão de títulos aos posseiros que comprovem ter ocupado terras públicas na Amazônia até 1º de dezembro de 2004. Lei aprovada pelo Congresso já dispensou a licitação para a venda de terrenos até 1,5 mil hectares. Diferentemente de Mangabeira, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) teme que permitir a venda dos terrenos leve à concentração fundiária e a mais desmatamento: "Temos que flexibilizar, mas não podemos dar um giro de 180 graus".

Ibama fecha serrarias em lotes do Incra – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 17/10/2008

Bernardo Mello Franco BRASÍLIA. Em mais um capítulo da ofensiva contra o desmatamento da Amazônia em assentamentos rurais, o Ibama anunciou ontem a destruição de 19 fornos clandestinos e o fechamento de três serrarias que funcionavam ilegalmente em lotes do Incra no município de Novo Repartimento, no Pará. Durante a operação no assentamento Rio Gelado foram apreendidos 300 metros cúbicos de madeira. Os fiscais multaram seis agricultores por crime ambiental, num total de R\$ 180 mil. No fim de setembro, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, provocou polêmica ao identificar seis lotes do Incra como os maiores desmatadores da floresta. Desde terça-feira, os fiscais já destruíram 280 fornos que fabricavam carvão ilegal em terras públicas e privadas de Novo Repartimento. Os fornos localizados no assentamento equivalem a 6,7% desse número. No assentamento Rio Gelado, também foi flagrada a derrubada ilegal de castanheiras, espécie que não pode ser usada pela indústria madeireira. Segundo o superintendente do Ibama no Pará, Aníbal Picanço, os assentamentos do Incra são responsáveis por cerca de 20% do desmatamento da floresta no estado: — Temos encontrado muitas irregularidades nos assentamentos. Os agricultores não respeitam a reserva legal e entram na mata para derrubar madeira nativa. Das três serrarias fechadas no assentamento, duas não tinham qualquer documentação para funcionar. A terceira estava com as licenças vencidas e sob embargo do Ibama. Sigilo para evitar vazamento de informação Ainda de acordo com o superintendente, não foi aplicada qualquer multa contra o Incra. Picanço afirmou que o órgão não foi avisado antecipadamente para evitar um possível vazamento de informações sobre a operação. O trabalho dos fiscais do Ibama foi divulgado no fim da tarde de ontem pelo ministério, pouco depois de Minc conceder entrevista coletiva sem fazer qualquer menção ao tema. O comunicado da pasta identificou o assentamento Rio Gelado, que tem área de 260 mil hectares, como o maior do país. Segundo o Incra, o título pertence ao assentamento Rio Juma, no Amazonas, com área de 689 mil hectares. No fim de setembro, Minc irritou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme

Cassel, ao afirmar que seis assentamentos do Incra lideravam a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. Cassel protestou publicamente e disse que a relação estava errada. O Incra foi procurado pelo GLOBO ontem, mas não respondeu até o fechamento desta edição. Em nota, o Incra informou ter destruído, nos últimos dois meses, mais de 200 fornos clandestinos na região. Segundo a nota, todos pertenciam a pessoas que não integram a lista oficial de assentados da reforma agrária.

Incra reage a acusações de desmatamento - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 18/10/2008

BRASÍLIA. Um dia após o Ibama flagrar 19 fornos de carvão e três serrarias ilegais num assentamento no Sudeste do Pará, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, partiu ontem para o contra-ataque e reclamou de “ informações propositadamente equivocadas ” que, segundo ele, tentariam jogar na reforma agrária a culpa pelo desmatamento da Amazônia. Hackbart ordenou uma vistoria para verificar a possível prática de outros crimes ambientais nos mais de três mil assentamentos da Amazônia Legal. Sem citar o Ministério do Meio Ambiente, o presidente do Incra criticou a lista dos cem maiores devastadores da floresta, divulgada pelo ministro Carlos Minc há duas semanas. A relação é encabeçada por seis assentamentos e já havia sido contestada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. — Isso tem desviado o foco dos verdadeiros desmatadores. Os maiores destruidores da floresta são os grileiros de terras públicas, os grandes produtores de grãos e os pecuaristas — disse Hackbart. Em nota oficial, o Incra disse ver má-fé nas informações que vinculam os assentamentos à destruição da floresta: “ O Incra não concorda é que os assentamentos sejam apontados como os maiores desmatadores da Amazônia, quando as próprias fotos de satélite identificam grandes grileiros e grandes projetos econômicos como os autores do corte raso da vegetação. Sabe-se lá a que interesses servem informações propositadamente equivocadas ” . Minc negou má-fé nas informações sobre desmatamento em lotes de reforma agrária e disse que os fiscais do Ibama atuam indistintamente em terras públicas e privadas. A ação em Novo Repartimento foi motivada por alertas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que identificaram o município como campeão do desmatador em agosto, explicou ele. — Não sei a que informações equivocadas estão se referindo — disse Minc. As superintendências do Incra farão vistoria nos assentamentos da Amazônia Legal e terão 30 dias para apresentar relatórios sobre os problemas ao Ibama e ao Ministério Público Federal.

Em busca do Kyoto perdido – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 19/10/2008

A maior falha de mercado que o mundo já viu." Nos dias de hoje, quem lê a frase famosa de sir Nicholas Stern, que já foi economista-chefe do Banco Mundial e conselheiro de Gordon Brown, então ministro das Finanças britânico, poderá concluir que ele se referia à mãe de todas as crises financeiras. Antes fosse.

Na realidade, trata-se de coisa muito mais grave, como se dedica a expor "Kyoto 2", do jornalista Oliver Tickell. O subtítulo do livro explica de que se trata: "Como administrar a estufa global".

O sistema planetário é maior que a economia mundial, que faz parte dele. Esta vive uma crise aguda, que pode ou não ser superada no curto prazo. Já aquele padece de uma doença crônica, que no longo prazo pode levar à morte.

Em ambas as situações, o público assiste, impotente, à erosão de um bem comum. A confiança que subjaz ao mercado financeiro, num caso. No outro, a capacidade do planeta de absorver o excesso de carbono que lançamos em sua atmosfera. Só o preço de evitar o apocalipse é parecido: coisa de US\$ 1 trilhão, ou 1,5% do PIB mundial, para mais.

Tickell só tem solução pronta e acabada para o segundo problema. Ela tem seus méritos e um charme radical, mas o jornalista escolheu mal o nome da proposta e do livro. Como seu alvo principal é demolir as bases do Protocolo de Kyoto para começar a enfrentar de fato o aquecimento global, não parece boa idéia batizá-los como "Kyoto 2". Superado o obstáculo do nome, cabe enveredar pelos argumentos. O melhor do volume está na desconstrução de Kyoto. A acusação mais séria ao tratado adotado na cidade japonesa em 1997, por assim dizer para regulamentar a Convenção sobre Mudança do Clima de 1992, é de ineficiência.

Tickell fornece uma medida convincente da inoperância de Kyoto comparando-o com o Protocolo de Montréal. Adotado uma década antes para combater outro problema da atmosfera, o buraco na camada de ozônio estratosférico, Montréal acabou contribuindo quatro vezes mais do que Kyoto para mitigar o aquecimento global, pois alguns dos gases que atacam o ozônio são também gases do efeito estufa.

A receita de Tickell é abandonar por completo o caminho de Kyoto. Não apenas adotando metas muito mais ambiciosas, mas dispositivos inteiramente diferentes. Para o autor, o protocolo não funcionou por força de dois defeitos principais: estabelecer metas por países, quando o problema a resolver é planetário, e pretender que governos nacionais ao mesmo tempo usufruam e fiscalizem os mecanismos de mercado desenhados para incentivar a redução de emissões de gases do efeito estufa.

Na alça de mira do livro estão os famigerados créditos de carbono, a alma de Kyoto. Uma gigantesca nomenclatura foi montada para pô-los em prática, mas, como resultado, colheu-se uma série impressionante de distorções.

Basta dizer que o mercado de carbono mais festejado, o chamado Esquema Europeu de Comércio de Emissões (Euets, em inglês), transformou-se numa espécie de sifão para desviar bilhões de euros dos consumidores para empresas de energia. Negócio de fazer inveja aos derivativos de hipotecas "subprime", nos bons tempos de Alan Greenspan.

Tickell propõe uma guinada completa. Em lugar de metas arbitrárias de redução de emissões por país, ele quer que o mundo como um todo adote um teto de concentração de carbono na atmosfera: 350 ppm (partes por milhão) de CO₂. Abaixo, portanto, do que já alcançamos (383 ppm). Seria uma garantia de que o aumento de temperatura não ultrapassará os 2C considerados "perigosos", algo que a Convenção do Clima manda prevenir.

Segundo a proposta, a partir desse teto-alvo seriam calculadas as emissões possíveis, que por sua vez seriam transformadas em permissões para emitir. Estas seriam então leiloadas por um consórcio de bancos centrais (hum...) entre os setores mais próximos da origem das emissões: refinarias, processadoras de carvão mineral, cimenteiras, fábricas de fertilizantes à base de nitrogênio, de gases para refrigeração etc. Tickell só não explica como chegar lá, com a urgência que não se cansa de exagerar, sem criar um governo mundial. Como tal coisa não surgirá nos próximos 14 meses, prazo para finalizar e adotar na conferência de Copenhague o tratado sucessor de Kyoto, que expira em 2012, a leitura de seu "Kyoto 2" resulta num exercício deprimente, mas nem por isso menos necessário.<

LIVRO - "Kyoto 2 - How to Manage the Global Greenhouse"
Oliver Tickell; Zed Books. US\$ 20,95. 293 págs.

Homo sustentabilis – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 20/10/2008

TEM-ME chamado a atenção o número crescente de convites que recebo para falar sobre desenvolvimento sustentável, em comparação com as demandas para tratar de meio ambiente "stricto sensu". Pessoas dos mais variados setores, independentemente do grau de informação, demonstram forte intuição de que as respostas para a crise ambiental mais e mais nos remetem à incorporação da sustentabilidade nas formas de produzir e consumir. Agregam novas preocupações a seu cotidiano, sentem estar diante de uma inescapável mudança de estilo de vida e se percebem imersos na transição de grande envergadura que é o horizonte do século 21.

Uma busca comum de respostas aproxima diferentes nichos de interesse, que questionam e se questionam em dois níveis. No campo do sentido, em relação à ética dos valores e da política. No campo das alternativas práticas, querem soluções que façam a passagem entre os dois mundos hoje superpostos. Embora o termo sustentabilidade seja utilizado de maneira ainda difusa, vejo nisso uma qualidade: ele acaba por identificar um espaço de diferença em relação ao sistema dominante e de criação de convergências a partir de um desafio direto: como integrar crescimento material, uso apropriado dos recursos naturais, equidade social, valores imateriais e compromisso intergeracional?

O aumento do interesse por sustentabilidade traz um recado: o de que a crise ambiental é também uma crise civilizatória avassaladora. E a saída não virá pela onipotência do nosso pensamento. Há que se ter visão, processo e estrutura. Visão de que, para alcançar a outra margem do Rubicão, não há projeto ideal nem seria aceitável a hegemonia de grupo ou de corrente de pensamento. O processo deve ser horizontal e transparente, com quebra radical do modelo de liderança individual salvacionista. E a estrutura será aquela capaz de atrair e integrar a contribuição de todos os setores e perfis.

O que importa é colocar em diálogo, de um lado, aqueles que podemos classificar, como o faz Cristovam Buarque, de Homo sapiens global: mais refinado e, ao mesmo tempo, mais frágil diante de situações extremadas, menos resiliente. E, do outro, está o que resolvi chamar de Homo sapiens local: mais rústico, mais resiliente, mais adaptável à escassez, menos dependente de tecnologia, com conhecimentos associados aos recursos naturais e domínio do saber narrativo: saber escutar, enxergar, fazer. Quem sabe, desse encontro de saberes nesse momento de transição, não estejamos forjando o Homo sustentabilis?

contatomarinasilva@uol.com.br - MARINA SILVA escreve às segundas-feiras nesta coluna.

O preço a pagar – Ivan Marcelo Neves – O Globo – Opinião – 20/10/2008

A sociedade brasileira precisa saber que nós, ambientalistas, somos a favor deste momento promissor que o país atravessa, após anos de estagnação nas áreas de desenvolvimento, crescimento e geração de trabalho e renda. Mas esse processo tem um preço! Não se pode impor viabilidade

econômica para a construção de empreendimentos, fazendo chantagem sobre a ótica do medo, do apagão, de volta à época das cavernas e outros termos pejorativos.

O pensamento único do setor elétrico sustenta que o país só utiliza 24,7% do potencial hídrico, como se todos os rios tivessem de ser barrados para servir a este modelo desenvolvimentista. Temos clareza das potencialidades existentes neste solo. Os vários empreendimentos em curso têm deixado todos muito entusiasmados, mas o preço num futuro próximo será amargo. Pois os erros e equívocos estão presentes nas principais decisões do setor desenvolvimentista. A decisão do governo federal de construir Angra 3 e as usinas hidrelétricas do Rio Madeira, assim como barrar várias cachoeiras, demonstra que a prioridade não é só gerar energia e, sim, saciar um setor que não se cansa de explorar os recursos naturais do país de forma predatória e excludente, recorrendo, para isso, a pareceres e licenciamentos equivocados.

Nossa plataforma socioambiental para todos os setores da economia, principalmente na área de energia, visa a investir no que há de mais óbvio em abundância para a geração de energia neste país tropical, que são o sol e o vento, bem como na geração através da biomassa.

É preciso investir em eficiência energética em toda a cadeia produtiva, repotencializar as hidrelétricas sem aumentar as áreas inundadas com mais de 20 anos, bem como diminuir as perdas técnicas na distribuição e transmissão de energia dos atuais 20% para os admissíveis internacionalmente 6%.

Feitos estes investimentos, a curto, médio e longo prazos teremos mais produção e sobra de energia para todo o sistema nacional interligado do que se pretende construir a toque de caixa neste país

Secretária do MMA destaca biodiversidade como tema central na sociedade – Sítio eletrônico do MMA – 20/10/2008

O grande desafio da biodiversidade é ser tratada como tema central na sociedade e na economia. A busca da transversalidade é, portanto, a síntese do exposto pela secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, e pelo diretor de Departamento de Conservação da Biodiversidade, Bráulio Dias, na abertura nesta segunda-feira (20) do workshop de Lançamento do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II).

Com ações previstas para os próximos seis anos, o Probio II tem como objetivos promover ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, além de consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade. Para tanto, contará com o apoio de parceiros como Embrapa, Fiocruz, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio, Banco Mundial e Caixa Econômica Federal para impulsionar a transversalidade do tema biodiversidade nos diversos setores produtivos brasileiros.

Durante a abertura foram apresentados resultados do Probio I, como o monitoramento de ecossistemas (recifes de corais e remanescentes dos biomas brasileiros) e a definição de áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios, que subsidiam outras políticas públicas como o licenciamento ambiental e a criação de áreas protegidas. Também foram apresentados outros resultados como o apoio a inventários sobre a biodiversidade e a sistematização do conhecimento acerca da biodiversidade, que até então encontrava-se principalmente em inglês. O encontro continua nesta terça-feira (21) na 505 Norte e na quarta-feira (22) no Cenaflor - Edifício sede do Ibama, em Brasília, com apresentações dos parceiros e suas ações previstas para o Projeto.

Lula assinou texto sem ler, diz Stephanes – Dimitri do Valle – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/10/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem em Curitiba que o colega Carlos Minc (Meio Ambiente) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinaram -sem ler- um decreto sobre penas a produtores rurais que desrespeitarem leis de proteção ambiental.

O decreto 6.514, publicado em julho, prevê penas como suspensão das atividades e embargos de propriedades e rebanhos, caso o produtor não conserve ou restaure áreas de reserva legal. Para Stephanes, o decreto "criminalizou os agricultores brasileiros". "O problema é que ninguém leu. Eu disse isso ao ministro Minc quando ele mandou o decreto ao presidente: "Você não leu o decreto, o presidente não leu o decreto. Ninguém leu o decreto", declarou Stephanes.

Ele deu a declaração ao criticar o decreto e o Código Florestal. "As multas são desproporcionais", afirmou. "[Se] aplicar essa legislação da forma que foi colocada, eu posso garantir a vocês, áreas inteiras deixarão de produzir", disse. Ele disse que é preciso "ter coragem para alterar o Código Florestal."

De acordo com Stephanes, dos 4,3 milhões de pequenas e médias propriedades agrícolas do país, cerca de 3 milhões estão irregulares se consideradas todas as leis ambientais.

As declarações são semelhantes à posição da SRB (Sociedade Rural Brasileira) e da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Para Stephanes, o decreto impõe "medidas genéricas" a regiões diferentes, como encostas e topos de morros em Minas Gerais e no Sul. Caso houvesse leis que seguissem o perfil de cada região, o ministro disse que problemas como a derrubada da floresta amazônica poderiam acabar.

Pessoas "urbanas", que ajudaram a fazer as leis, "nunca plantaram um pé de feijão", disse o ministro, que defendeu ainda que ONGs não deveriam participar de discussões sobre proteção dos recursos naturais porque são, segundo ele, financiadas por poluidores -"inclusive pelos grandes poluidores do mundo, pelas grandes empresas petrolíferas". Ele também criticou o Banco do Brasil ao pedir "mais velocidade" na liberação de recursos para a safra 2008/ 2009 diante da crise financeira global.

Auditoria do Ibama confirma multas de assentamentos do Incra na Amazônia – Sítio eletrônico do MMA – 21/10/2008

O Ministério do Meio Ambiente confirmou hoje (21/10), após minuciosa revisão feita pelo Departamento de Proteção Ambiental do Ibama, que foram mantidas as multas por prática de desmatamento que levaram sete assentamentos do Incra no Mato Grosso a figurar na lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia.

A auditoria realizada nos processos de sete assentamentos no Mato Grosso, realizada a pedido do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, concluiu que as coordenadas utilizadas para delimitar as áreas onde ocorreram os danos ambientais estão corretas e correspondem aos assentamentos.

As coordenadas foram questionadas pelo Incra, bem como a área total desmatada. A revisão solicitada pelo MMA constatou que houve sim pequenos erros nas medições em determinados assentamentos, para mais e para menos, mas que não reduziram a área total desmatada nem o valor das multas.

A maior parte das autuações efetuadas pelo Ibama nas áreas dos assentamentos - 59% - corresponde a desmatamentos posteriores a 2002, sendo que 41% ocorreram entre 1997 e 2002. Mas segundo a auditoria do Ibama, mesmo no caso dos desmatamentos mais antigos, as multas aplicadas são procedentes, já que havia uma ordem para que as áreas em questão, onde não havia reserva legal demarcada, fossem mantidas desocupadas para permitir a regeneração da floresta; o que não ocorreu.

Reforma agrária ecológica - A revisão dos processos foi solicitada pelo ministro Minc após a divulgação da lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. Com a confirmação dos dados, o MMA já iniciou entendimentos com a direção do Incra para promover a cobrança dos danos ambientais com a doação de terras que o instituto possui na região, para a criação de grandes corredores florestais de reservas que contribuam para a proteção do Bioma Amazônia.

"Estão sendo escolhidas terras do Incra, de interesse para proteção de unidades de conservação do Instituto Chico Mendes, para que possamos criar corredores florestais contínuos de áreas preservadas. Essas terras serão avaliadas para que as doações correspondam aos valores das multas", explicou Carlos Minc.

Os presidentes do Ibama e do Incra, Roberto Messias e Rolf Hackbart, já estão elaborando programa e cronograma conjuntos para a recuperação das áreas degradadas dentro dos assentamentos e implantar alternativas sustentáveis para os pequenos agricultores já assentados na Amazônia, com o fortalecimento de um modelo para os futuros projetos de reforma agrária, que resgate e amplie os projetos do Incra PAF (Projeto Agroflorestal) e PAE (Projeto Agroecológico).

"Há consenso de que é preciso um modelo de reforma agrária em que, por exemplo, a reserva legal seja demarcada previamente para todo o assentamento, sob a forma de corredor florestal, e não por cada assentado individualmente. E que os assentados tenham prévia qualificação para manejo florestal e uso de óleos, frutos e fibras da floresta, sem destruir as florestas", afirmou o ministro.

Sudeste consome carne originária de área desmatada – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2008

A maior parte da carne produzida em áreas de desmatamento na Amazônia está sendo consumida no Sudeste, segundo um levantamento feito por pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Os números indicam que apenas 5% da carne produzida na região é exportada. E dos 95% que ficam no País, quase 70% são enviados para o Sudeste. Só 12% viram alimento dentro da própria Amazônia Legal.

A pecuária é o setor produtivo que mais influencia no desmatamento da Amazônia. Cientistas e ambientalistas estimam que mais de 70% das derrubadas florestais são feitas para a abertura de pastagens. Os pesquisadores do Imazon calculam que 253 mil quilômetros quadrados foram ocupados por pastos na Amazônia entre 1990 e 2006 - uma área maior do que o Piauí.

O rebanho da região aumentou 180% no mesmo período, passando de 26 milhões para 73 milhões de cabeças, o equivalente a 36% do total nacional. Entre 2000 e 2005, 27 frigoríficos se instalaram na região.

Enquanto isso, no Sudeste, ocorreu o inverso: a área de pastagem diminuiu 15% e o rebanho encolheu 3% no período 1996-2006, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados no Anuário da Pecuária Brasileira, do Instituto FNP.

Segundo especialistas ouvidos pelo Estado, o aumento das exportações de carne nos últimos anos deixou um “vácuo” de abastecimento no mercado interno, que está sendo suprido, ao menos parcialmente, com carne produzida na Amazônia. As exportações nacionais do setor aumentaram 126% entre 2002 e 2006. “Como o Norte não tem ainda condições de exportar, o Sudeste exporta e a gente preenche a lacuna”, diz o diretor de pesquisa ambiental do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), Jonas da Veiga.

“A Amazônia abriu espaço para a pecuária crescer com produção barata, caso contrário o preço da carne no mercado interno teria aumentado muito”, avalia o pesquisador Paulo Barreto, que coordenou a pesquisa com dois colegas do Imazon - uma organização não-governamental com sede em Belém (PA). A grande vantagem da região é o preço baixo - ou quase nulo - da terra. “Fazendeiros que se apossam de terras públicas ganham mais do que o normal, pois não compraram a terra nem pagam aluguel pelo seu uso”, escrevem os autores.

O consultor José Vicente Ferraz, do Instituto FNP, vê a expansão da pecuária na Amazônia como um “fenômeno natural” associado ao perfil “nômade” do setor, que está sempre em busca das terras mais baratas para produzir. “Como se costuma dizer, não existe boi barato em cima de terra cara”, diz. “As terras mais baratas hoje estão no Norte e Nordeste. O pecuarista vende 1 hectare aqui (no Sudeste) e compra 10 hectares lá.”

INFLUÊNCIA DA CANA - O crescimento da pecuária no Norte e o encolhimento das pastagens no Sudeste levantam dúvidas sobre a influência indireta da cana-de-açúcar no desmatamento da Amazônia. Dados do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), em São Paulo, mostram que o aumento da área plantada com cana na região Centro-Sul ocorreu principalmente sobre áreas de pastagem.

No Estado de São Paulo, 72% dos novos canaviais abertos entre 2002 e 2006 foram plantados sobre pastos. A área paulista de cana cresceu 622 mil hectares no período, enquanto a de pastagens encolheu 882 mil hectares. Em Minas, 51% das novas plantações de cana foram em substituição a pasto. No Paraná, o índice foi de 63%, e em Goiás, 90%.

Ainda assim, segundo especialistas, não há indícios de que isso esteja influenciando a pecuária na Amazônia. “O que ocorreu foi que o grosso da expansão do rebanho brasileiro se deu no Norte, mas não foi por pressão da cana no Sudeste. A pecuária na Amazônia tem uma dinâmica própria”, diz a economista Leila Harfuch, pesquisadora do Icône. “A área de cana em relação à de pecuária é ínfima”, acrescenta Ferraz. Enquanto as pastagens ocupam quase 200 milhões de hectares no País, os canaviais ocupam só 6 milhões. “Há pressão local? Sim, mas não acho que seja um fator relevante na dinâmica da pecuária.”

Barreto, do Imazon, está preocupado. Com o aumento da demanda internacional por biocombustíveis, diz, a tendência é que a briga por espaço entre a pecuária e a cana se intensifique. Ele defende uma regulamentação mais rígida da cadeia produtiva, para garantir que os frigoríficos não comprem carne de áreas desmatadas ilegalmente.

Ibama confirma multas aplicadas a assentamentos – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2008

Uma auditoria do Ibama confirmou a validade das multas aplicadas a assentamentos do Incra na Amazônia, segundo informações divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). As multas, por desmatamento, colocaram seis assentamentos do Incra em MT no topo da lista dos cem maiores devastadores da floresta, divulgada há um mês. Outros dois estão na 40.^a e 44.^a posição. O Incra contestou os dados e o ministro Carlos Minc, do MMA, ordenou a revisão. A auditoria, segundo o ministério, mostrou que as informações estavam corretas e que as multas são válidas. O pagamento será feito via doação de terras para conservação.

Ministro da Agricultura pede desculpas a Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro - 22/10/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou irritado ontem ao tomar conhecimento da declaração dada um dia antes pelo ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) segundo a qual o petista teria assinado um decreto sem tê-lo lido.

A contrariedade do presidente, segundo a **Folha** apurou, chegou ontem pela manhã ao ministro da Agricultura que, por meio de um interlocutor, fez chegar ao presidente o seu pedido de desculpas.

Anteontem, em evento em Curitiba, Stephanes disse que Lula e o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) assinaram sem ler o decreto presidencial que trata da punição aos produtores rurais que não cumprirem a legislação ambiental. "O problema é que ninguém leu. Eu disse isso ao ministro Minc quando ele mandou o decreto ao presidente: "Você não leu o decreto, o presidente não leu o decreto. Ninguém leu o decreto", declarou Stephanes.

A declaração ocorreu em meio a críticas ao decreto 6.514 e ao Código Florestal. Publicado em julho passado, o decreto determina punições a fazendeiros que não conservem ou restaurem áreas de reserva.

Ontem, ao saber da irritação de Lula, Stephanes enviou um pedido de desculpas ao Planalto e disse que fez "uma declaração infeliz". O ministro é defensor de mudanças no Código Florestal, num coro com entidades como a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Ele tem dito que, dos cerca de 4,3 milhões de pequenas e médias propriedades do país, ao menos 3 milhões estão irregulares, se consideradas todas as leis ambientais.

Procurado ontem pela **Folha**, Stephanes disse que a frase foi dita dentro de um contexto em que a afirmação de que "ninguém leu" poderia ser entendida como "ninguém se ateu" a detalhes do decreto.

"Eu não seria irresponsável de criticar o presidente e o ministro Minc", disse Stephanes. "As minhas declarações não tiveram esse contexto. [...] Aquela frase, sozinha, cria um impacto fora do contexto."

Decreto assinado por Lula era criticado por produtores e pelo ministro da Agricultura - Para Carlos Minc, alterações não significam retrocesso na política ambiental; as áreas de reserva legal terão de ser recuperadas em 1 ano

O governo vai adiar em um ano o prazo para que produtores rurais do país registrem e se comprometam a recuperar área de reserva legal, onde estão proibidas atividades do agronegócio. A reserva de vegetação nativa varia de 20% a 80% das propriedades, dependendo da sua localização. A mudança consta da nova versão do decreto que define punições para os crimes ambientais submetida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto, a que a Folha teve acesso, também reduz multas previstas no decreto original, assinado pelo presidente em julho e, desde então, alvo de críticas do agronegócio.

O adiamento no prazo para o registro e a recuperação da reserva legal foi proposto pelo ministro Reinhold Stephanes (Agricultura). Após dois meses de negociações, uma nova versão do decreto, com essa e outras mudanças, seguiu ao Planalto, com o aval do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente).

"O importante é que [a nova versão do decreto] não vai significar retrocesso", disse Minc. Ele insiste em que, mesmo alterado, o decreto impedirá que os infratores enriqueçam com o produto do crime ambiental. Procurado ontem pela Folha, Stephanes optou por não se manifestar sobre as mudanças.

As mudanças feitas em parte dos 154 artigos do decreto atendem, no entanto, às principais críticas do agronegócio. Pelo decreto editado por Lula em julho, quem deixasse de registrar a reserva legal e se comprometer já com a sua recuperação ficaria sujeito a multa de até R\$ 100 mil por hectare ou fração do terreno indevidamente desmatado.

Além de adiar o prazo para a entrada em vigor da exigência, a nova versão do decreto fixa em R\$ 500 o valor máximo da multa diária. Depois de autuado, o infrator ainda terá um prazo maior -120 dias- para apresentar um termo de compromisso ao órgão ambiental. Nesse período, ficará suspensa a aplicação de multa.

O limite máximo de desmatamento, que alcança 20% das propriedades no bioma amazônico e foi fixado por lei em 2001, é alvo de críticas até de setores do governo. Estudo da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) apontou o risco de queda na produção agropecuária e conseqüente aumento nos preços. Sobre as multas, disse serem "impagáveis".

A multa para quem abater árvores sem plano de manejo previamente aprovado cairá de R\$ 5.000 para R\$ 1.000 por hectare ou fração do terreno. Outra mudança importante já negociada reduz de três para um ano o prazo máximo para a suspensão do registro e do acesso a financiamentos públicos e incentivos fiscais pelos produtores rurais que ferirem as regras ambientais.

Os infratores obtiveram de volta mais uma instância para recorrer das multas aplicadas. Os recursos poderão ser levados ao Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Lula assinou o decreto em 22 de julho, em meio a festa. Segundo o presidente, o ato demonstrava a "maturidade" da política ambiental.

Segundo ministro, compromisso obrigatório seria equivalente um terço daquilo que países ricos adotarem na 2ª fase do pacto de Kyoto

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que o ministério discute com o Itamaraty a adoção de metas para cortes de gases-estufa para o período pós-Kyoto e afirmou que a área econômica do governo é favorável à medida.

Segundo ele, a meta poderia equivaler a um terço do que for adotado pelos países ricos a partir de 2013. "Hoje, dentro do Ministério da Fazenda, a posição é a favor das metas por causa dos benefícios que a gente vai ter assumindo metas. A gente vai poder entrar numa partilha de bens para cumprir essas metas muito mais fortemente."

Ele se antecipa às críticas que sua afirmação possa sofrer: "Uma coisa é o maluco do Minc dizer que vai cumprir metas (...). Outra coisa é o Ministério da Fazenda. Significa que alguma coisa existe. Há vantagens".

Nas negociações, até agora, o Itamaraty sempre rejeitou a adoção de metas obrigatórias. O ministro falou pela primeira vez sobre a mudança de posicionamento do governo em reportagem do jornal "Valor Econômico" de quinta-feira. "Se for 36% de corte para os países ricos até 2025, seria 12% para o Brasil, por exemplo", declarou Minc à Folha ontem.

Além de metas bem diferentes em relação às das nações desenvolvidas, outras condições do Brasil seriam a transferência de recursos e de tecnologia por parte dos países ricos.

Para atingir a meta, Minc diz que o principal alvo será o desmatamento da Amazônia, que hoje representa cerca de 70% das emissões do Brasil.

No entanto, o Plano Nacional de Mudança Climática, elaborado pela equipe dele, não prevê nenhuma meta de redução de desmate.

Minc afirmou que até o fim do ano pelo menos duas empresas anunciarão doações para o Fundo Amazônia, e que Petrobras, Wal-Mart e AES já tiveram reuniões com o ministério e estão interessadas em investir. O fundo prevê que países e empresas doem dinheiro para o Brasil e que esse dinheiro possa ser usado sempre que o país conseguir reduzir o desmatamento abaixo de um certo patamar, mitigando suas emissões. Foi criado ontem no Rio o comitê orientador do fundo.

Segundo Minc, o governo vai organizar um "road show" com apoio do BNDES para atrair a atenção do setor privado para o fundo. O primeiro passo será a apresentação de informações sobre ele na conferência do clima na Polônia, em dezembro.

A estratégia do governo é aproveitar a discussão com os países desenvolvidos e a perspectiva de que a maioria não será capaz de cumprir as regras de redução das emissões para aumentar as captações.

Os recursos poderão ser usados para gestão de florestas, monitoramento e fiscalização. O único país que anunciou apoio ao fundo até agora foi a Noruega, com US\$ 140 milhões no primeiro ano.

A Amazônia não se tornará um zoológico ambiental, para turistas europeus e americanos usufruírem suas férias. A Amazônia tampouco será vítima de processos de exploração predatória, que podem vir a destruir um dos mais ricos ecossistemas do planeta. Um meio-termo deverá ser encontrado, em que haverá a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a incorporação de populações carentes ao processo produtivo. Neste sentido, merece especial atenção o Projeto Preservar, do Instituto Alerta Pará, que propõe o desmatamento zero, com a plena utilização dos recursos da região, de tal maneira que a preservação da natureza seja acompanhada do desenvolvimento econômico e social. Seria uma forma de esta região do País sair do impasse em que se encontra, como se não houvesse uma terceira alternativa, que harmonizaria a ocupação humana da natureza e sua sustentabilidade. Os fundamentalistas, de que lado forem, deveriam abandonar a cena.

Recentemente, vimos dois órgãos do Estado, Ibama e Incra, digladiando-se sobre o desmatamento da Amazônia. Felizmente, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente decidiram levantar o véu da ação dos assentamentos, apresentados como responsáveis, dentre os primeiros, pelos desmatamentos, segundo o último relatório publicado. Tais questões estavam encobertas graças a um discurso de tipo ideológico, como se os assentados fossem, por princípio e contra todas as evidências, preservadores naturais do meio ambiente. A realidade é bem outra. É, no entanto, igualmente necessário que as populações desassistidas, sem condições, sejam contempladas, e não abandonadas, pois, aí sim, o desmatamento poderá tornar-se inevitável. Nesta perspectiva, os interesses dos que produzem - assentados, agricultores familiares, produtores rurais, empresas do agronegócio e da mineração - deveriam estar coordenados dentro de uma política comum de desenvolvimento, capaz de vencer os ranços ideológicos que têm obstaculizado uma discussão para todos proveitosa.

O Projeto Preservar apresenta uma proposta inovadora. Ele advoga pelo desmatamento zero por meio de um novo zoneamento ecológico-econômico, que poderia utilizar as áreas já desmatadas, reconvertendo-as a novas culturas, graças ao emprego intensivo de meios tecnológicos e científicos. Seu pressuposto consiste em que não se avançaria no desmatamento de novas áreas, mantendo a floresta em suas condições atuais. Ressalte-se que a floresta amazônica é a mais preservada de todo o planeta, enquanto os europeus, americanos, asiáticos e africanos destruíram, se não a totalidade, a maior parte de suas florestas nativas. O Brasil, o país que mais preservou, não tem por que receber lições de ninguém. Esses outros atores, que comparecem via ONGs, deveriam atentar para as florestas nativas de seus respectivos países.

Eis a proposta. A área territorial do Estado do Pará é constituída por 124,8 milhões de hectares, onde se destacam os seguintes números: 73 milhões de hectares, equivalentes a 58,5% do território paraense, correspondentes a unidades de conservação ambiental, terras indígenas e quilombolas; e 30 milhões de hectares de área antropizada, equivalentes a 24% da área total, incluindo a exploração humana de floresta, campo, cerrado e várzea. A floresta, especificamente, corresponde a 24 milhões de hectares, ou seja, a 19,2% dessa área. No interior da área antropizada haveria a liberação de uma área da pecuária, em torno de 11 milhões de hectares, que se agregariam aos 3 milhões de hectares já em uso pela agricultura. Ou seja, a área de agricultura viria a corresponder a um total de 14 milhões de hectares. Isso se faria pela conversão da pecuária extensiva em intensiva, de alto valor tecnológico, com a conseqüente transferência desses 11 milhões de hectares para o cultivo agrícola. Não haveria nenhuma perda para a floresta nativa.

Um projeto desse tipo teria a vantagem de unir os diferentes atores sociais, econômicos, políticos e ambientais, que se digladiam atualmente na Amazônia e, em particular, no Pará.

Assentados poderiam vir a se integrar a uma economia de mercado, agricultores familiares seriam incentivados, os grileiros seriam obrigados a entrar numa relação contratual mediante a regularização fundiária, os produtores rurais teriam o reconhecimento dos anos de trabalho realizado, as empresas perseguiriam o desenvolvimento da região dentro de novos marcos regulatórios e os trabalhadores teriam condições dignas de vida. Não esqueçamos que só o Estado do Pará tem uma população de 7.321.493 habitantes, muitos dos quais em condições precárias.

Isso implica uma série de ações, que vão desde questões institucionais, como revisão e adequação de marcos regulatórios, particularmente os de natureza ambiental, fundiária e trabalhista, até questões de educação ambiental e tecnológica, passando por questões organizacionais, que dizem respeito aos próprios atores desse processo. Torna-se, sobretudo, necessário ter vontade política para levar a cabo tais transformações, que podem vir a ter um real impacto para a Amazônia, começando pelo exemplo oferecido pelo Estado do Pará.

Há uma proposta séria em discussão, que merece ser debatida. Não adianta lutar contra moinhos de vento. A própria soberania do País está em questão e, quanto a isto, não pode haver tergiversação alguma. As mais ricas jazidas minerais se encontram nessa parte do País, com especial destaque para a bauxita, o cobre, o ferro, o quartzo, o ouro, o níquel e o caulim. A importância estratégica e empresarial salta aos olhos. O País vai crescer e se desenvolver, precisando incorporar ao mercado de trabalho populações excluídas, que clamam por trabalho, renda e condições dignas de vida.

A floresta não é um santuário, mas um local de integração com o homem, sempre e quando ela seja preservada. A proposta de desmatamento zero, congelando as atuais áreas, surge como um projeto inovador. ***Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br**

Desmatamento zero – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 27/10/2008

A Amazônia não se tornará um zoológico ambiental, para turistas europeus e americanos usufruírem de suas férias. A Amazônia tampouco será vítima de processos de exploração predatória, que podem vir a destruir um dos mais ricos ecossistemas do planeta.

Um meio-termo deverá ser encontrado, em que haverá a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a incorporação de populações carentes ao processo produtivo.

Nesse sentido, merece especial atenção o Projeto Preservar, do Instituto Alerta Pará, que propõe o desmatamento zero, com a plena utilização dos recursos da região, de tal maneira que a preservação da Natureza seja acompanhada do desenvolvimento econômico e social. Seria uma forma de essa região do país sair do impasse em que se encontra, como se não houvesse uma terceira alternativa, que harmonizaria a ocupação humana da Natureza e a sua sustentabilidade. Os fundamentalistas, de que lado forem, deveriam abandonar a cena.

Recentemente, vimos dois órgãos do Estado, o Ibama e o Inbra, digladiando-se sobre o desmatamento da Amazônia. Felizmente, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente decidiram levantar o véu relativo à ação dos assentamentos, colocados como responsáveis, entre os primeiros, dos desmatamentos segundo o último relatório publicado.

Tais questões estavam encobertas, graças a um discurso de tipo ideológico, como se os assentados fossem, por princípio, e contra todas as evidências, preservadores naturais do meio ambiente.

A realidade é bem outra. No entanto, é igualmente necessário que as populações desassistidas, sem condições, sejam contempladas e não abandonadas, pois, aí sim, o desmatamento

poderá se tornar inevitável. Nessa perspectiva, os interesses dos que produzem, assentados, agricultores familiares, produtores rurais, empresas do agronegócio e mineração deveriam estar coordenados dentro de uma política comum de desenvolvimento, capaz de vencer os ranços ideológicos, que têm obstaculizado uma discussão para todos proveitosa.

O Projeto Preservar apresenta uma proposta inovadora. Ele advoga pelo desmatamento zero através de um novo Zoneamento Ecológico-Econômico, que poderia utilizar as áreas já desmatadas, reconvertendo-as a novas culturas, graças ao emprego intensivo de meios tecnológicos e científicos.

Seu pressuposto consiste em que não se avançaria no desmatamento de novas áreas, mantendo a floresta nas suas condições atuais. Ressaltese que a Floresta Amazônica é a floresta mais preservada de todo o planeta, enquanto europeus, americanos, asiáticos e africanos destruíram, se não a totalidade, a maior parte de suas florestas nativas. O Brasil, o país que mais preservou, não tem por que receber lições de ninguém.

Esses outros atores, que comparecem através de ONGs, deveriam atentar para as florestas nativas de seus respectivos países.

Eis a proposta. A área territorial do Estado do Pará é constituída por 124,8 milhões de hectares, onde se destacam os seguintes números: 73 milhões de hectares, equivalentes a 58,5% do território paraense, correspondentes a Unidades de Conservação Ambiental, Terras Indígenas e Quilombolas, e 30 milhões de hectares de área antropizada, equivalentes a 24% da área total, incluindo a exploração humana de floresta, campo, cerrado e várzea. A floresta, especificamente, corresponde a 24 milhões de hectares, ou seja, a 19,2% dessa área. No interior da área antropizada, haveria uma liberação de área da pecuária, em torno de 11 milhões de hectares, que se agregariam aos 3 milhões de hectares já em uso pela agricultura. Ou seja, a área de agricultura viria a corresponder a um total de 14 milhões de hectares. Isso se faria pela conversão da pecuária extensiva para a intensiva, de alto valor tecnológico, com a conseqüente transferência desses 11 milhões de hectares para o cultivo agrícola. Não haveria nenhuma perda para a floresta nativa.

Um projeto desse tipo teria a vantagem de unir os diferentes atores sociais, econômicos, políticos e ambientais, que se digladiam atualmente na Amazônia e, em particular, no Estado do Pará.

Assentados poderiam vir a se integrar a uma economia de mercado, agricultores familiares seriam incentivados, os grileiros seriam obrigados a entrar numa relação contratual, mediante a regularização fundiária, os produtores rurais teriam o reconhecimento dos anos de trabalho realizados, as empresas perseguiriam o desenvolvimento da região dentro de novos marcos regulatórios e os trabalhadores teriam condições dignas de vida. Não esqueçamos que o só o Estado do Pará tem uma população de 7.321.493 habitantes, muitos dos quais em condições precárias.

Isso implica uma série de ações, que vão desde questões institucionais, como revisão e adequação de marcos regulatórios, particularmente os de natureza ambiental, fundiária e trabalhista, até questões de educação ambiental e tecnológica, passando por questões organizacionais, que dizem respeito aos próprios atores desse processo. Torna-se, sobretudo, necessário ter vontade política para levar a cabo tais transformações, que podem vir a ter um real impacto para a Amazônia, começando pelo exemplo oferecido pelo Estado do Pará.

Há uma proposta séria em discussão, que merece ser debatida. Não adianta lutar contra moinhos de vento. A própria soberania do país está em questão e, quanto a isso, não pode haver qualquer tergiversação. As mais ricas jazidas minerais se encontram nessa parte do país, com especial destaque para a bauxita, o cobre, o ferro, o quartzo, o ouro, o níquel e o caulim. A importância estratégica e empresarial salta aos olhos. O país vai crescer e se desenvolver, precisando incorporar ao mercado de trabalho populações excluídas, que clamam por trabalho, renda e condições dignas de vida. A floresta não é um santuário, mas um local de integração com o homem, sempre e quando ela seja preservada. A proposta de desmatamento zero, congelando as atuais áreas, surge como um projeto inovador.

* **DENIS LERRER ROSENFELD** é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Minc compara Norte do País com faroeste – Estado de São Paulo – Vida & - 28/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, comparou ontem a situação de desmate ilegal no Norte do País com um faroeste. “Estive semana passada em Altamira (...) havia áreas públicas invadidas, um prefeito juntou 60 pessoas e tacou fogo num plano de manejo sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Vi homens do grupo que assassinou a irmã Dorothy (missionária morta em 2005), ajudando grileiros a ocupar terras do Incra. É um faroeste.”

Humanos já usam 1,3 planeta, diz relatório – Folha de São Paulo – Ciência - 29/10/2008

Demanda por recursos naturais supera em 30% capacidade da Terra; trópicos têm maior perda de espécies

A humanidade produziu uma bolha de crédito ambiental que já é 30% maior que a capacidade do planeta de fornecer bens e serviços à civilização de forma sustentável. Essa alavancagem artificial é denunciada hoje pelo Living Planet Report, um relatório bianual que mede a chamada "pegada ecológica" da humanidade.

Na natureza, assim como nas finanças, esse tipo de empréstimo sem fundos termina em colapso. Sinais dele são as crises do clima e da biodiversidade, afirmam a ONG WWF e a Sociedade Zoológica de Londres, autoras do relatório.

Segundo o documento, hoje cada ser humano precisa para viver de 2,7 hectares de área biologicamente produtiva da Terra. Isso inclui a área agrícola e de florestas necessária para produzir comida, fibras e madeira; os oceanos e rios que fornecem pescado; e a porção de biosfera que absorve os resíduos como o gás carbônico e fornece espaço para cidades e infra-estrutura. Esse total é a pegada ecológica de cada pessoa. A pegada dos brasileiros já é de 2,4 hectares.

Acontece que a área biologicamente produtiva da Terra é de apenas 2,1 hectares por pessoa. A diferença entra na conta do débito ambiental. Segundo o relatório, a humanidade passou a devedora da biosfera em algum momento no fim dos anos 1980. Nos últimos 45 anos, a pegada ecológica mais que dobrou, devido ao crescimento da população e do padrão de consumo.

"Em 1961 quase todos os países do mundo tinham capacidade mais do que suficiente de atender a própria demanda; em 2005 a situação mudou radicalmente", diz o relatório. Hoje, mais de três quartos da população mundial vivem em países com débito ambiental.

As maiores pegadas ecológicas pertencem, claro, aos EUA e à China (que, somados, usam 21% da biocapacidade do planeta), embora a pegada de um chinês médio seja muito menor que a de um americano médio.

Apesar de serem credores ambientais, países emergentes como Brasil, Indonésia e África do Sul estão contraindo empréstimos "subprime" perigosos: outro índice avaliado, que mede o estado de saúde dos ecossistemas, aponta que as regiões tropicais lideram a perda de fauna. Enquanto nas zonas temperadas houve 6% de aumento em populações de vertebrados de 1970 a 2005, nos trópicos houve declínio de 51%.

Brasil é o 2º maior credor ambiental do planeta – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 29/10/2008

O Brasil é credor - pelo menos, na área ambiental. Segundo um relatório lançado ontem pela ONG WWF, o País é uma das nações (está em segundo lugar, logo atrás dos Estados Unidos) que melhor reúnem condições para produzir bens a serem consumidos internamente e, principalmente, externamente.

- [Veja](#) o relatório da WWF e calcule sua pegada ecológica

É o caso das exportações. Quando a União Européia compra carne da Amazônia, indiretamente ela também importa a água e todos os demais recursos naturais que viabilizaram o crescimento do gado na região - inclusive a floresta que foi cortada e substituída por pasto.

Acontece que o valor desse serviço ambiental não é computado no preço final do produto. “Esses custos deveriam ser embutidos”, afirma Irineu Tamaio, coordenador do programa de Educação para Sociedades Sustentáveis do WWF-Brasil. Para ele, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) deveria levar em consideração os recursos naturais necessário para a geração da riqueza.

Tamaio alerta que a atual confortável posição de credor ambiental não é garantida para sempre. Sem um sistema produtivo sustentável, que permita a renovação dos recursos naturais, o País pode se tornar um devedor na área. “Não podemos é entrar em um déficit ecológico. Se não revermos os modelos econômicos, podemos entrar em colapso”, diz.

PESO-PESADO - O relatório também traz o tradicional ranking do WWF de quais países têm as “pegadas ecológicas” mais pesadas, metáfora para nosso impacto no planeta.

O índice representa a área, terrestre e aquática, biologicamente produtiva necessária para fornecer a uma única pessoa comida, fibra, madeira, terreno para construção e terra para absorver o carbono emitido pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo.

A média mundial é de 2,7 hectares, mas a média entre os países ricos é bem superior: 6,4 ha. A pegada mais pesada é a do morador dos Emirados Árabes Unidos, grande produtor de petróleo: ela mede 9,5 ha. Logo em seguida estão os americanos, com 9,4 ha. O Brasil está na 63ª posição, com pegada de 2,4 ha - a média dos emergentes é de 2,2 ha.

O homem já excede em 30% a capacidade de o planeta se regenerar. Nesse ritmo, em 2030 precisaríamos de duas Terras para manter nosso estilo de vida.

Contudo, o relatório é baseado em dados de 2005. Caso a crise econômica que atinge hoje o mercado global persistir, o panorama pode mudar ligeiramente, uma vez que a tendência é a de redução do consumo, diz Tamaio.

ONGs querem que Plano Nacional de Mudanças Climáticas seja revisto – Karina Toledo – Estado de São Paulo – Vida & - 29/10/2008

Um grupo com as principais entidades ambientalistas do País entrega hoje ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, um manifesto exigindo que o Brasil assumira uma posição mais concreta em relação à fixação de metas de redução de emissões de gases-estufa e que adie a apresentação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, previsto para ser levado à 14ª Conferência do Clima das Nações Unidas, na Polônia, em dezembro.

“Fomos surpreendidos durante a consulta pública, pois o plano na verdade não é um plano. Não tem objetivos, não tem prazos, não tem estratégias. É um amontoado de intenções”, afirma Paulo Prado, diretor de Política Ambiental da ONG Conservação Internacional, que integra a iniciativa. “Nosso objetivo é mostrar ao governo que o plano está incompleto e, por isso, não deve ser apresentado na Polônia”, diz.

Além de exigir que o documento defina metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, as ONGs participantes - entre elas a SOS Mata Atlântica, o Instituto Socioambiental, a Fundação O Boticário, o Greenpeace e o Instituto de Pesquisa da Amazônia - pedem ainda que o governo estenda o prazo da consulta pública, que terminou na última segunda-feira depois de 30 dias, tempo considerado pelas entidades insuficiente para uma discussão profunda do tema. “De qualquer forma, é louvável que o processo esteja ocorrendo de forma democrática”, avalia Prado. “As iniciativas anteriores do governo nem sequer entravam em consulta pública.”

Governo já fala em novo plano do clima – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 29/10/2008

Documento atual, que ainda não está pronto, é defasado e não tem metas; para secretária, texto é "obra em progresso"- Segundo Ministério do Meio Ambiente, segunda versão ficará para 2009; ONGs apresentam hoje propostas de redução de CO2

Antes mesmo de conseguir concluir o Plano Nacional de Mudança Climática, o governo federal já prevê a montagem de outro documento, oito meses após o término do primeiro.

O texto atual, em fase de consulta pública, foi tachado de frouxo por ambientalistas. A principal crítica é o fato de ele não apresentar metas de redução de emissões de gases-estufa -ou, em alguns casos, não determinar o prazo em que deverá ser cumprido o objetivo.

Segundo a secretária nacional de Mudança Climática, Suzana Kahn Ribeiro, o plano é uma "obra em progresso" -título inspirado em um show de Caetano Veloso. "Não vejo esse plano como um pacote fechado", disse. Segundo ela, esta é uma "fase intermediária", em que precisa ser feito um diagnóstico do país.

É essa "fase intermediária" do plano que detalha como o Brasil pretende agir contra o aquecimento global que será apresentada em dezembro na conferência do clima de Poznan, Polônia. O encontro inicia as negociações oficiais do acordo climático pós-Kyoto.

"Não adianta colocar metas ou objetivos muito audaciosos se não há meios de implementá-los", afirmou. De acordo com a secretária, é fundamental a aprovação do Fundo Clima, que está no Congresso. Ele permitiria usar parte do lucro do petróleo no combate às mudanças climáticas.

Outro problema apontado no plano são os dados defasados. Em vista disso, o Ministério do Meio Ambiente disse que vai atualizar o inventário de emissões de gases-estufa para "complementar" o plano em 2009.

"Hoje nós usamos [dados] de 1994. O novo inventário terá data-base de 2005, portanto vamos estar com algo mais próximo da realidade para podermos acertar nossas estratégias", disse o ministro Carlos Minc anteontem.

A secretária afirmou que o plano precisa ser consenso no governo. No caso das metas de redução de emissão, a situação é mais delicada. "[Elas] passam até por um outro nível de decisão, tem que haver talvez uma orientação do próprio presidente [Lula]."

O prazo da consulta pública ao plano terminaria nesta sexta-feira. Entretanto, a pedido dos ambientalistas, Minc decidiu prorrogá-lo por dez dias.

Entidades entregarão hoje no ministério um manifesto com sugestões ao plano. O texto, articulado pelo Observatório do Clima, garante que a definição de metas "proporciona oportunidade de soluções tecnológicas inovadoras" e a competitividade da economia brasileira. O Greenpeace também levará um documento em que faz propostas para reduzir emissões nas áreas de floresta, energia, agronegócio e oceanos.

Amazônia registra queda de 22% na devastação – Evandro Éboli – O Globo- O País – 29/10/2008

BRASÍLIA. O desmatamento na Amazônia em setembro destruiu uma área de 587 quilômetros quadrados, o que significa uma redução de 22% se comparado com agosto, quando foi registrada uma área destruída de 756 quilômetros quadrados. Mato Grosso voltou a ser o estado com a maior devastação. No estado foram desmatados 216 quilômetros quadrados em agosto, o que representa 36,7% do total destruído na Amazônia.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que será realizada uma fiscalização peneira em Mato Grosso. Para o ministro, vários planos de manejo no estado devem estar fraudados.

Ele reafirmou que qualquer índice de desmatamento nunca é bom, mas não deixou de comemorar o resultado: — É sempre melhor diminuir do que aumentar. De qualquer maneira, é inadmissível que se desmate tanto.

O ministro atribuiu a redução da área desmatada em setembro a uma série de fatores, como a regularidade nas operações e maior rigor dos agentes, a presença da direção nacional do Ibama nas operações, o foco prioritário na origem do desmatamento e também a ações como leilões de gado e de madeiras apreendidas. Minc afirmou que esses leilões não eram uma prática comum no ministério até pouco tempo atrás.

Os dados apresentados ontem foram levantados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Somados os últimos quatro meses — de junho a setembro — o total de área desmatada foi de 2.539 quilômetros quadrados. Comparado com o mesmo período de 2007, quando foram destruídos 3.256 quilômetros quadrados, a diminuição este ano foi de 22%.

Minc recebeu um manifesto de uma série de ONGs ambientais que criticam o Plano Nacional de Mudanças Climáticas apresentado pelo governo. O ministro rebateu as críticas de que o plano carece de metas e não se compromete a reduzir a emissão de gases do efeito estufa: — É fácil chegar com um documento e pedir mudanças.

Também quero desmatamento zero para amanhã, mas sabemos que não é bem assim. Toda contribuição será bem-vinda.

Desmatamento ilegal na Amazônia cai 22% em setembro – Sítio Eletrônico do MMA – Daniela Mendes – 29/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, atribuiu, entre outros pontos, ao maior rigor e à regularidade nas operações de fiscalização do Ibama, a queda de 22% no desmatamento ilegal na Amazônia divulgado nesta quarta-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Os dados mostram que foram desmatados 587 Km² no mês de setembro na Amazônia Legal, sendo que Mato Grosso (216,3 Km²), Pará (126,8 Km²) e Maranhão (97,2 km²) lideram a lista entre os nove estados avaliados. Em agosto, o Inpe registrou 756 Km² de desmatamento ilegal na mesma região. Também é de 22% a redução do desmatamento acumulado nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2008 em relação a 2007. O Inpe, nesse período, registrou 3.256 Km² desmatados em 2007 e 2.539 km² em 2008. Foi a maior queda nesses últimos meses desde que há o controle do Inpe, afirmou Minc.

Comparando-se apenas os dados de agosto e setembro, em 2006 houve um aumento de 45,24%, em 2007 o desmatamento saltou para 162,17% e, em 2008, houve queda de 22,35%. "É sempre melhor diminuir do que aumentar, mas 500 km² de desmatamento em um só mês é inadmissível", disse o ministro, ao comentar os números em entrevista coletiva no Ministério do Meio Ambiente.

Segundo Minc, apenas nos meses de agosto e setembro, foram realizadas 37 operações do Ibama na Amazônia que resultaram em mais de R\$ 212 milhões em multas aplicadas, em 720 autos de infração, na apreensão de mais de 18 mil m³ de madeira e toras e no embargo de nove serrarias.

Ele afirmou ainda que o MMA e o Ibama vão intensificar as operações de fiscalização na região, mantendo o ritmo de uma operação a cada dez dias nas regiões mais críticas apontadas pelo Deter. "Nos próximos dias eu vou participar de três operações fortes em Rondônia, Mato Grosso e no Amazonas, mas o Ibama vai realizar várias outras sem a minha presença", adiantou o ministro.

Ainda com o objetivo de reforçar a repressão ao crime ambiental, na próxima semana Minc agendou reunião com Tarso Genro, ministro da Justiça, para negociar mais apoio às operações de fiscalização do Ibama com a instalação de outras seis barreiras rodoviárias em entroncamentos estratégicos dentro e fora da Amazônia. "Antes, a gente estava pegando só serrarias, mas agora nós estamos atuando também em desmatamento e entroncamentos e os resultados estão surgindo", informou o ministro.

Outra ação anunciada pelo ministro foi a interligação, até o final de novembro, dos Documentos de Origem Florestal (DOF) estaduais ao sistema do Ibama, para evitar o uso indevido dessas autorizações que permitem a movimentação de madeira de forma ilegal. "A gente vai fazer um trabalho de inteligência, um pente-fino nos planos de manejo estaduais", alertou Minc.

Fundo Amazônia - Uma das maiores preocupações manifestadas pelo ministro Carlos Minc diz respeito à criação de oportunidades sustentáveis de trabalho para a população que vive na Amazônia Legal. Segundo ele, somente com a oferta de outras opções de sustento será possível reverter o grave quadro de devastação da floresta. Ele aposta nos recursos do Fundo Amazônia como um forte instrumento para viabilizar uma nova realidade de trabalho na região. Minc adiantou que, além da Noruega - que já se comprometeu a doar US\$ 1 bilhão até 2012 ao Fundo, outras três grandes empresas brasileiras da área de energia, de logística e outros países estão articulando contribuições expressivas. "A princípio a crise financeira mundial não mudou os humores dos nossos doadores", avaliou.

Minc defende metas obrigatórias do Brasil no acordo pós-Kyoto – Sítio eletrônico do MMA – Daniela Mendes - 29/10/2008

"O Ministério do Meio Ambiente é favorável a que o Brasil assuma metas obrigatórias no acordo pós-Kyoto". A afirmação do ministro Carlos Minc foi feita nesta quarta-feira (29) ao receber representantes da entidade ambientalista Observatório do Clima composta por organizações como Greenpeace, Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e TNC. Eles apresentaram ao ministro propostas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima que está em consulta pública até o dia 10 de novembro.

Um dos pontos questionados pela entidade é que o plano traga metas do Brasil no combate ao desmatamento. Minc afirmou que o tema está sendo discutido internamente no governo federal e que o MMA é favorável a elas desde que sejam diferenciadas, em relação às metas dos países ricos, e que haja transferência de recursos e de tecnologia por parte desses países.

Paulo Moutinho, do Ipam, entregou um manifesto ao ministro solicitando um maior prazo para que as entidades apresentem suas propostas e sugerindo que os pontos relacionados à implementação do plano sejam mais especificados no documento.

Segundo o ministro, a versão atual do plano possui metas importantes o que não impede que outras sejam acrescentadas e detalhadas. Ele recebeu as contribuições e afirmou que vai analisar a possibilidade de incorporá-las ao documento.

Minc reforçou a importância de que essa primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima esteja concluída até o início de dezembro quando haverá a reunião da Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas na Polônia. "Esse plano permitirá que o Brasil chegue à reunião com uma postura mais proativa, propositiva. Nós temos que sair dessa retaguarda, somos um país megadiverso com muitas potencialidades na área de biocombustíveis, de energia, de florestas", defendeu.

Minc disse ainda que uma revisão do plano será feita em oito meses e que muitas contribuições poderão ser agregadas nesse período. Ele destacou ainda que até meados do ano que vem deve estar concluído um inventário de emissões de gases de efeito estufa que vai ajudar na construção do plano atualizando informações importantes.

Desmatamento em setembro fica estável em relação a 2007 – Lígia Formenti e Krina Toledo – Estado de São Paulo – Vida & - 30/10/2008

O Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) registrou 587 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia em setembro. A extensão de área derrubada ou degradada é 22% menor do que a registrada em agosto, mas muito semelhante à marca de setembro de 2007, quando foram detectados 603 quilômetros de desmate. De janeiro a setembro, o Deter já contabilizou 6.268 quilômetros quadrados de desmatamento.

▪ [Veja o histórico do desmatamento e os maiores desmatadores](#)

“Não dá para comemorar. Quinhentos quilômetros de desmatamento num mês só é inadmissível”, afirmou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao comentar os índices.

Os números divulgados têm ainda de ser observados com reservas, porque nuvens impediram a análise de 33% da área pesquisada. Relatório apresentado ontem mostra que Estados do Amapá, Pará e parte do Amazonas não tiveram acompanhamento adequado por causa do tempo. O Pará é o segundo no ranking de desmatamento captado pelo Deter neste ano. Até setembro, foram registrados 1.679,7 quilômetros quadrados de floresta perdida.

Minc atribuiu a queda de 22% em relação a agosto ao maior rigor e maior regularidade nas operações de repressão.

CAATINGA - O Ministério do Meio Ambiente assinou ontem, em parceria com a Fundação Chico Mendes e a ONG The Nature Conservancy (TNC), um plano para promover a criação e a consolidação de unidades de conservação na caatinga. De acordo com mapeamento realizado pelas entidades, 80% do bioma já foi alterado pela atividade humana e, apesar de sua grande biodiversidade, somente 7% do território é protegido por unidades de conservação, sendo 1% unidades de proteção integral. "Se a Amazônia está no topo da lista de preocupações ambientais, a caatinga está entre os últimos itens. É um bioma historicamente negligenciado", afirma Ana Cristina Barros, representante nacional da TNC.

A secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, conta que cerca de 1,8 milhões de hectares da região estão sendo estudados para que sejam selecionadas áreas prioritárias à conservação.

Em um mês, devastação da floresta amazônica cai 22% - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/10/2008

Os 587,3 km² derrubados em setembro equivalem a 40% da área da cidade de São Paulo - A taxa do desmatamento do ano deve ser divulgada em novembro; a expectativa é que a queda registrada nos últimos três anos termine

Os satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registraram que a floresta amazônica perdeu em setembro uma área equivalente a 40% da cidade de São Paulo. O ritmo de abate das árvores foi, porém, 22% inferior ao medido em agosto pelo mesmo sistema. "Está caindo, mas a redução é insuficiente, não fico contente, não lanço rojão", observou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), ao comentar os dados do sistema Deter, de detecção do desmatamento em tempo real do Inpe, divulgados ontem.

Os dados não se prestam a medir com precisão a área desmatada, mas orientam a ação dos fiscais do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Em agosto e setembro, o Ibama aplicou multas no valor de R\$ 212 milhões e embargou quase 37 mil hectares de terras.

Segundo o Inpe, mais da metade da área atacada na Amazônia em setembro (52,7%) foi classificada no grau mais radical de desmatamento. Outros 31,1% sofreram alto grau de degradação. Ou seja, em mais de 80% do total da área desmatada em setembro, a floresta estava praticamente destruída.

Com os 587,3 km² desmatados em setembro, sobe para 6.268 km² a área de desmate registrada pelo Deter em 2008. Isso equivale a mais de quatro vezes a cidade de São Paulo. O Estado de Mato Grosso liderou o ranking da devastação em setembro. Mas é possível que o desmatamento no Pará tenha sido subestimado, porque 63% do Estado estava encoberto por nuvens no período, impedindo assim a visão dos satélites.

O desmatamento em setembro mantém uma tendência de queda em relação ao mesmo mês de 2006 e 2007. A média do quadrimestre -período em que tradicionalmente há mais desmate- mantém a tendência de queda nos últimos quatro anos. Minc associa os resultados a medidas como o embargo de terras, produção em áreas desmatadas e bloqueio de crédito aos produtores que não regularizaram suas áreas.

A taxa do desmatamento do ano deve ser divulgada em novembro, baseada nos registros feitos pelo sistema Prodes entre agosto de 2007 e julho de 2008. A expectativa é que ela interrompa a queda dos três últimos anos. (MARTA SALOMON)

Ibama registra maior desmate individual – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2008

Mais de 11 mil hectares de cerrado foram desmatados no município de Bom Jesus, no Piauí. O responsável, Gilmar Pereira, foi autuado pelo Ibama e recebeu multa de quase R\$ 6 milhões. Esse é o maior desmatamento individual registrado pelo Sistema de Cadastro de Arrecadação e Fiscalização, implantado pelo Ibama em 2006. A infração ainda vai ser julgada. Pereira, que já foi autuado outras três vezes pelo mesmo crime, ainda pode recorrer.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

